
A MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO PARANAENSE NAS DÉCADAS DE 70 E 80

Raquel Pereira Dias

Geógrafa da Universidade Estadual de Maringá

Dalton Áureo Moro

Prof. do Dep. de Geografia da Universidade Estadual de Maringá

RESUMO: *Análise da mobilidade espacial da população do Estado do Paraná, durante as décadas de 70 e 80, a nível de suas mesorregiões geográficas.*

Palavras Chaves: *Mobilidade espacial, êxodo rural, mesorregiões geográficas.*

ABSTRACT: *Spacial analysis mobility of Paraná State population, during the seventies and eighties, in the escale of geographyes mesoregions.*

Key Words: *Spacial mobility, rural exodus, geographyes mesoregions.*

1 - INTRODUÇÃO

Historicamente, durante o século XX até a década de 60, o Estado do Paraná caracterizou-se por constituir-se em um foco de atração populacional. No entanto, segundo PADIS20, p. 183, é sobretudo a partir dos meados da segunda metade da década de trinta até fins da de sessenta que sua população passou por um notável crescimento populacional. A população paranaense, com efeito, entre 1920 e 1960 multiplicou-se 6,2 vezes, enquanto a brasileira, apenas 2,3 vezes (I.B.G.E.10, p. 146 e 147).

Seja como for, entre 1940 e 1970, as taxas médias geométricas de crescimento anual da população paranaense apresentaram-se como as mais elevadas do País.

No entanto, a partir da década de 70, esta situação começa a modificar-se profundamente. O Estado do Paraná, até então um forte foco de atração populacional, reverte este quadro e surge uma nova tendência, a de expulsão populacional. De

território típico de imigração passa para um de emigração. No decênio de 70 sua população apresentou menor taxa média geométrica anual de crescimento - 0,96%, dentre as unidades da Federação (ALEGRE e MORO1, p. 50).

A década de 80, da mesma forma, não apresenta novidades no comportamento do desenvolvimento da população paranaense. Pela segunda vez consecutiva, a população do Estado do Paraná revelou a menor taxa média geométrica de crescimento anual, novamente inferior a 1%, isto é, 0,9% (I.B.G.E.10, p. 19).

Assim, para a década de 80, os resultados do Censo Demográfico de 1991, apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.), apontam para uma continuidade das tendências da década anterior, agora ligeiramente arrefecidas. O êxodo rural continua concorrendo para a diminuição do efetivo da população rural, nas tradicionais regiões agrícolas do Estado.

A dinâmica da mobilidade espacial da população paranaense, durante as décadas

de 70 e 80, foi de tal magnitude, sobretudo no que tange à situação rural-urbana da população, que culminou por afetar, não só a sua distribuição espacial, conferindo-lhe um novo desenho, mas também e notadamente seu crescimento, acabando por reduzir a sua participação percentual na composição da população brasileira. Parte razoável dos paranaenses que deixaram o campo migraram para outras unidades territoriais da nação.

Dessa forma, como o eixo do novo quadro espacial da população paranaense assenta-se na dinâmica da mobilidade espacial campo-cidade, é no contexto da política econômica e social do Governo para o setor agrícola e, simultaneamente, nas especificidades dos quadros regionais que devem ser buscados e analisados os fatos que concorreram a sua nova realidade espacial, na escala das mesorregiões geográficas (FIGURA 1)¹. Para tanto, a análise comparativa entre os quadros espaciais da população à época dos últimos recenseamentos, foi fundamental à compreensão da espacialização recente da população paranaense.

2 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Ao longo do século XX, a população brasileira cresceu cerca de 8,4 vezes. Em 31/12/1900 o Recenseamento Geral do Brasil revelou um contingente populacional de 17.438.434 habitantes. Transcorridos quase 90 anos, o efetivo da população brasileira alcança 146.917.459 habitantes, em 01/09/1991 (I.B.G.E.10, p. 13). Portanto, verificou-se um aumento de 129.475.025 habitantes, revelando um crescimento percentual em torno de 742, até o início do último decênio deste século.

O crescimento da população brasileira, dessa forma, situa-se entre os mais dinâmicos do globo. As taxas médias geométricas de crescimento anual da população brasileira (TABELA 1) apresentaram-se habitualmente elevadas. A queda da taxa média geométrica de crescimento anual para 1,93%, durante a década de 80, aponta a intensificação do declínio da fecundidade, já verificada na década de 70 (I.B.G.E.10, p. 14).

No entanto, os períodos de maior dinamismo no processo de crescimento da população brasileira verificaram-se nas décadas de 50 e 60 (FIGURA 2), seguramente correlacionados com as melhorias das condições higiênico-sanitárias, com os progressos da medicina e, segundo SANTOS²⁴, p. 31, com a melhoria dos padrões de vida e a própria urbanização. A partir desse momento, as taxas anuais de crescimento da população brasileira iniciam um gradativo declínio (TABELA 1 e FIGURA 2), concomitante à aceleração do processo de sua urbanização. Urbanização que, em meados da década de 60, leva a situação urbana da população brasileira a superar a situação rural alcançando, já no final daquela década, a taxa de urbanização de 55,92% (I.B.G.E.10, p. 19).

Esse momento, que assinala a supremacia da população urbana sobre a rural – início da segunda metade da década de 60 – é significativo do ponto de vista geográfico, porque aponta a nova tendência de espacialização da sociedade brasileira, isto é, sua rápida urbanização, como revela a Figura 3, alcançando, já em 1991, a elevada taxa de 79,16%.

Todavia, há de se ressaltar que o processo recente de urbanização da

¹ Neste estudo, à macrorregião geográfica do Norte do Paraná agrupamos a mesorregião geográfica do Centro Ocidental Paranaense devido sua identificação geoeconômica com aquela.

população brasileira não foi homogêneo em todo o território nacional, sobremaneira naqueles Estados em que a agricultura representa o cerne da economia. Este é o caso do Estado do Paraná, cuja economia, na maior parte do território, assenta-se nas atividades agropecuárias, voltadas à exportação e à agroindustrialização.

Dessa forma, a compreensão do crescimento e das tendências da mobilidade espacial da população paranaense, no decorrer das duas últimas décadas, só podem ser alcançadas se forem analisadas no contexto do processo sócio-econômico de modernização de sua agricultura, conjugada às especificidades regionais.

3 - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA PARANAENSE

A partir de meados da década de 60, e sobretudo durante a de 70, a agricultura brasileira entrou num processo de modernização. Modernização considerada parcial, conservadora e dolorosa (SILVA26, p. 49). Parcial porque se limitou a algumas regiões do País, a alguns produtos específicos e a certas fases da organização da produção. Conservadora porque não rompeu com a tradicional concentração fundiária e, por fim, dolorosa porque concorreu para expulsar do campo milhares de pessoas ligadas às atividades agropecuárias, acentuando o êxodo rural.

Geograficamente, foi a região Centro Sul do país que conheceu o processo mais dinâmico da modernização agrícola. Economicamente, os esforços dessa modernização concentraram-se naqueles produtos que permitem uma reprodução ampliada do capital – soja, trigo, milho, algodão, cana-de-açúcar, dentre outros.

Nesse contexto, o Estado do Paraná – cuja economia está fortemente alicerçada nas atividades agropecuárias voltadas à

exportação e à agroindustrialização –, durante a década de 70 passa a conhecer o processo de modernização de sua agricultura, notadamente em sua região Norte.

Na agricultura norte-paranaense a monocultura comercial do café era soberana na paisagem regional, como principal atividade produtiva. Esta, em meados da década de 60, começa a ser substituída, primeiro por pastagens e, já no final da década, prosseguindo pela seguinte, sobretudo pela cultura associada da soja e trigo e, em segundo plano, por outras atividades produtivas (MORO18, p. 3 e 4).

O Norte do Paraná, historicamente, constitui-se numa das regiões agrícolas mais famosas do País, devido à sua potencialidade para a ocupação agrícola. Segundo LOPES15, p. 222, tamanho foi o seu papel no abastecimento dos centros urbanos e no fornecimento de matérias-primas para as indústrias do Centro-Sul, que passou a ser chamado o “Celeiro do Brasil”.

É oportuno destacar a importância do processo de modernização agrícola no Norte do Paraná, porque suas conseqüências afetaram de tal modo a distribuição espacial da população a ponto de comprometer o crescimento da população do Estado, apresentando, nas duas últimas décadas, taxas médias geométricas de crescimento anual inferiores a 1%.

A modernização da agricultura brasileira, promovida e induzida pelo Estado, através de uma política de juros altamente subsidiados (PEREIRA23, p. 95 e MORO18, p. 123), aprofundou a penetração das relações capitalistas de produção no campo. O desenvolvimento destas se faz industrializando a própria agricultura (SILVA27, p. 45). Dessa forma, a moderna agricultura apresenta as características de uma indústria.

No caso da modernização da agricultura paranaense, FLEISCHFRESSER², *apud* MORO18, p. observou que:

“(...) a década de 70 foi de profundas transformações na agricultura paranaense, vinculadas ao tipo de tecnologia difundida – fundamentalmente baseada na utilização de insumos e máquinas de origem industrial – e a notável intensidade de sua incorporação”.

No Norte do Paraná o processo de modernização da agricultura foi muito rápido. A combinação de uma série de fatores – conjunturais, estruturais e, principalmente, circunstanciais e locais, concorreram para isto. Seguramente, mais cedo ou mais tarde, a região entraria no processo de modernização agrícola (MORO18, p. 3).

A conjuntura, que afetou a agricultura do Norte do Paraná a partir de meados da década de 60, contribuiu para desencadear um expressivo processo de substituição de culturas. Este, conseqüentemente, concorreu para conduzir o rápido processo de modernização da agricultura regional.

A substituição de culturas representa, apenas, um dos aspectos do processo de modernização agrícola (KAGEYAMA (Coord.) *et al* 13, p. 1).

No quadro de modernização da agricultura paranaense, o processo de substituição de culturas apresenta dois aspectos bem diferenciados.

Primeiro, no Norte do Paraná – área “core” da cafeicultura paranaense – e, em segundo plano, no Oeste do Estado, as sucessivas geadas – 1967, 1969, 1972, 1975 – concorreram para que bom número de produtores deixasse a cafeicultura,

sobretudo pela cultura associada da soja e trigo. Assim, o processo de substituição de culturas contribuiu, sobremaneira, para agilizar a modernização agrícola regional.

Segundo, as condições de mercado, com uma política oficial de preços desestimulantes à manutenção da cafeicultura como atividade produtiva principal e, por outro lado, com preços estimulantes à cultura associada da soja e trigo, assentada numa política agrícola profundamente subsidiada, induziu e estimulou a substituição de culturas. Esta se fez, notadamente, às expensas da cafeicultura e, em segundo plano, de outras atividades produtivas, pela cultura associada da soja e trigo. Assim, o processo de substituição de culturas apresenta-se como uma fase da modernização agrícola.

O processo de substituição de culturas, portanto, num momento, aparece como indutor da modernização agrícola regional e, noutro momento, como conseqüência dessa modernização.

Em linhas gerais, a cultura associada da soja e trigo apresenta-se como o “carro chefe” introdutor e condutor da modernização da agricultura paranaense, verificada nas décadas de 70 e 80.

O sistema agrícola da cultura associada da soja e trigo – fio condutor da modernização agrícola paranaense –, diante do uso intensivo do capital e da moderna tecnologia requerida para fazer-se economicamente viável, necessita de áreas bem superiores àquelas das pequenas e médias propriedades predominantes na maior parte das áreas agrícolas do Estado, notadamente nas regiões Norte, Oeste e Sudoeste. A estrutura fundiária, anterior à

² FLEISCHFRESSER, V. A modernização tecnológica da agricultura paranaense na década de 70. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984, 161p.

modernização agrícola, não se revela adequada à cultura associada da soja e trigo, face ao pacote tecnológico disponível a essas culturas.

Com efeito, segundo LOURENÇO³ (*apud* MORO18, p. 307):

“Atualmente, módulos de exploração inferiores a 30 alqueires não são compatíveis para a cultura associada da soja e trigo. A produção obtida e comercializada não cobre o custo dos investimentos realizados”.

Assim, em razão direta do caráter do modelo da modernização da agricultura brasileira e, por conseguinte, da paranaense, verificou-se um acentuado processo de concentração da posse da terra, o qual, por sua vez, em conjunto com outros fatores, concorreu para nortear a mobilidade espacial da população paranaense, com notável agravamento do êxodo rural, notadamente no Norte do Estado (ALEGRE e MORO1, p. 40 e MORO 18, p. 334).

Sob este aspecto, FERREIRA¹², p. 115, constatou que:

“O Paraná apresentou a menor taxa negativa de crescimento da população rural na década de 70. O decréscimo atingiu o total de 1.168.000 pessoas, sendo que, na zona rural, o saldo negativo foi de 2.647.000, e na urbana ocorreu um saldo positivo de 1.355.000. Esses dados indicam um processo migratório intenso da zona rural para a urbana”.

O processo de urbanização da população paranaense prossegue pela década de 80, embora de forma menos acentuada (MORO18, p. 337). Em 1983, o Governo Federal retirou os subsídios à agricultura e o governo paranaense implementa uma série de programas voltados ao apoio do pequeno produtor rural,

visando retê-lo no campo (SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SEAB 22).

Essa tendência de arrefecimento do processo de urbanização da população paranaense, segundo RAGGIO²⁴, p. 6, está estreitamente vinculada com o processo de concentração da propriedade e de desconcentração da posse da terra.

Em síntese, o processo de modernização da agricultura paranaense, centrado na cultura da soja e trigo, acarretou uma profunda concentração da posse da terra, sobremaneira durante a década de 70, ligeiramente amenizada na de 80, com profundos reflexos na espacialização da população do Estado.

3.1 - Indicadores da Modernização Agrícola

A modernização agrícola, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)²¹, p. 18, envolve:

“O conjunto de mudanças na base técnica da produção e maior controle das condições do solo e do produto cujos indicadores mais comuns são o uso de tratores, adubos químicos, defensivos e sementes selecionadas, entre outros, indicam o processo de modernização”.

A modernização agrícola, desse modo, na prática de campo, pode ser avaliada através dos seguintes aspectos: mecanização, eletrificação, irrigação e conservação do solo, uso de fertilizantes e agrotóxicos, além de outros, peculiares a certas culturas.

A análise da Tabela 2 – Indicadores da Modernização Agrícola, no Estado do

³ LOURENÇO, Luiz. Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda. (COCAMAR). Depoimento prestado na entrevista concedida em 06/04/1991.

Paraná, em 1970, 1980 e 1985, permite avaliar a evolução do processo de modernização agrícola no Estado. Genericamente, os maiores índices percentuais da modernização agrícola verificaram-se durante a década de 70, salvo no caso do consumo de energia elétrica.

Dos indicadores que concorrem para afetar o nível da oferta de emprego no campo destacam-se: o número de tratores, revelando um crescimento significativo, reduzindo a área média de trator por hectare de 785, em 1970, para 165 ha, em 1985; e o número de arados de tração mecânica, apontando um crescimento de 379,4% entre 1970 e 1985; o número de estabelecimentos com uso de força mecânica, acusando um crescimento de 1.134,3% no mesmo período (TABELA 2).

Todavia, cabe lembrar que a marcha do processo da modernização da agricultura paranaense não foi homogênea no tempo e no espaço, segundo as mesorregiões geográficas do Estado (FIGURA 1). Genericamente, respeitando a proporcionalidade da área cultivada das mesorregiões geográficas, a modernização agrícola e seus efeitos demográficos, durante a década de 70, foram mais dinâmicos no Norte do Estado. Nas demais regiões, embora tenha começado na década de 70, não apresentou de início o mesmo ímpeto; seus efeitos demográficos foram mais expressivos na década de 80⁴.

A análise da Tabela 3 permite uma visão espacial regionalizada do processo de mecanização da agricultura paranaense. No geral, a mecanização revela-se mais intensa na década de 70, e, espacialmente, mais expressiva no Norte e Oeste do Estado. De modo mais brando, prossegue pela década seguinte.

À medida que aumenta o número de tratores, reduzindo a área média por trator, inevitavelmente encolhe o número de empregos no campo. A migração campocidade intensifica-se, o êxodo rural agrava-se. Regionalmente, foi no Norte do Paraná que o fenômeno apresentou números mais expressivos. Até o início da década de 70, a região tinha a cafeicultura como principal atividade produtiva. Esa atividade fazia o uso intensivo de numerosa mão-de-obra rural. Com a substituição da cafeicultura, sobretudo pela cultura associada da soja e trigo, com elevado índice de mecanização, bem como por pastagens e outras formas de uso do solo, o nível de emprego no campo foi significativamente, reduzido, liberando numeroso contingente de trabalhadores rurais. Estes, quando não emigram à fronteira agrícola ocidental ou setentrional do País, ou ainda às regiões metropolitanas, sobretudo de Curitiba e São Paulo (ALEGRE e MORO1, p. 50), buscam nos centros urbanos regionais a esperança à sobrevivência, elevando o índice de urbanização regional e estadual.

Por outro lado, no Oeste Paranaense, a mecanização agrícola, durante a década de 70, também apresentou números expressivos. Porém, aí, a ocupação da fronteira agrícola estava se completando. Os efeitos sobre a população rural são mais marcantes na década seguinte.

A evolução temporal e espacial dos indicadores da modernização agrícola apresenta-se estreitamente relacionada à dinâmica das grandes categorias de utilização das terras e, por conseguinte, das formas particulares de uso do solo.

⁴ Sobre a mobilidade espacial da população e a modernização agrícola no Oeste e nos Campos Gerais do Paraná recomenda-se ler DIAS11; no Norte do Paraná, KOHLHEPP14; e, sobre a modernização agrícola na microrregião homogênea dos Campos de Ponta Grossa, MORO19.

3.2 - A Utilização das Terras

No contexto do processo de modernização da agricultura paranaense, as grandes categorias de utilização das terras passaram por transformações significativas, como apresenta a Tabela 4.

Entre 1970 e 1985 as lavouras permanentes, representadas sobretudo pelo café, foram reduzidas em cerca de 59%. Em contraposição, as lavouras temporárias, assentadas sobretudo na associação soja e trigo, foram ampliadas na mesma proporção – 59%. As pastagens foram ampliadas em torno de 32% (TABELA 4).

Esses números atestam a profundidade da mudança que ocorreu no perfil da utilização das terras.

A gravidade da questão acentua-se no Norte do Paraná. Em apenas 15 anos, perto de 1.000.000 ha de lavouras de café foram substituídas por lavouras temporárias – em especial pela associação soja-trigo e, simultaneamente, as pastagens foram ampliadas em cerca de 1.140.000 ha, seguramente às expensas da cafeicultura (TABELA 4).

As conseqüências da dinâmica deste processo se projetam sobre a população rural, reduzindo de forma expressiva o nível de emprego e, conseqüentemente, engrossando as fileiras do êxodo rural.

Com respeito às principais formas de uso do solo na agropecuária paranaense, a Tabela 5 aponta que, entre 1970 e 1985, as culturas capazes de gerar empregos no campo em nada contribuíram para isto. A cultura do café – com elevada demanda de mão-de-obra durante todo o ano agrícola –, teve sua área drasticamente reduzida; as culturas do algodão e da cana-de-açúcar – com demanda de mão-de-obra por ocasião da colheita –, tiveram suas áreas

ligeiramente acrescidas na primeira metade da década de 80.

Por outro lado, as culturas com utilização intensiva da mecanização, como a soja e o trigo, tiveram suas áreas significativamente aumentadas. A área do milho, por sua vez, vem apresentando uma certa estabilidade. No entanto as pastagens, que muito pouco concorrem para gerar empregos no campo, apresentaram um crescimento em torno de 1.482.000 ha, em grande parte sobre terras anteriormente ocupadas pela cafeicultura, notadamente no Norte do Paraná.

A análise da Tabela 5, conjugada com a Figura 4, possibilita uma visualização gráfica mais cristalina da evolução das formas de uso do solo e, em decorrência, a fragilidade destas em fixar o homem no campo, em razão da pouca mão-de-obra que empregam.

3.3 - A Estrutura Fundiária

Durante o processo de modernização da agricultura paranaense, o fenômeno de concentração da posse da terra, na década de 70, foi de tal magnitude que deixaram de existir 100.385 estabelecimentos agropecuários. Só no Norte do Estado, o fenômeno apontou 104.838 estabelecimentos (TABELA 6). Nas demais regiões o fenômeno foi mais ameno. Até a metade da década de 80, permanece ativo na mesorregião do Oeste Paranaense, acenando para uma desaceleração.

Em razão disso, durante os anos 70, a dimensão média de ha por estabelecimento, no Estado, aumentou de forma expressiva, acusando maior intensidade no Norte do Estado (TABELA 6).

Desse modo, os efeitos sobre a situação rural da população foram bem mais significativas no Norte do Paraná. Aí, entre

1970 e 1991, o efetivo da população rural reduziu 63,9%, enquanto no Estado reduziu 49,7% (TABELA 6).

Por sua vez, a análise da evolução da estrutura fundiária, segundo a estratificação dos estabelecimentos agropecuários por grupos de áreas, revela que, durante a década de 70, a concentração da posse da terra deu-se, de forma expressiva, às expensas dos pequenos estabelecimentos e, em segundo plano, dos médios, em benefício dos grandes, contribuindo à formação de grandes estabelecimentos (TABELA 7). Regionalmente, foram as mesorregiões geográficas do Norte e Oeste Paranaenses que acusaram maior dinamismo do fenômeno. No geral, para a década de 80, salvo no Oeste Paranaense, verifica-se uma tendência à desconcentração da posse da terra (TABELA 7), já observado por RAGGIO24, p. 6.

Da mesma forma, a análise da evolução da estrutura fundiária, segundo a estratificação da área dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de áreas, apresenta forte concentração da posse da terra, pela redução da área dos pequenos e médios estabelecimentos (0 a 10 ha e 10 a 100 ha) e ampliação da área dos grandes (100 a 1.000 ha e mais de 1.000 ha), exceto nas mesorregiões geográficas do Centro Oriental Paranaense, Sudoeste Paranaense e Centro Sul Paranaense quanto ao estrato de 0 a 10 ha e no Oeste Paranaense para o estrato de 10 a 100 ha, devido às peculiaridades de suas ocupações agropecuárias (TABELA 8).

Para a década de 80, observa-se uma tendência genérica para um ligeiro aumento da área dos pequenos estabelecimentos em oposição a uma leve redução da área entre os grandes estabelecimentos, em algumas regiões específicas, como mostra a Tabela 8.

É, justamente, a diferenciação regional das especificidades do processo de

modernização da agricultura paranaense que concorre para um novo quadro espacial da população paranaense.

Generalizando, confrontando-se os dados das Tabelas 7 e 8, deduz-se que, sobretudo, durante a década de 70, à medida que ocorre uma queda no número e na área dos estabelecimentos dos estratos entre 0 e 10 ha e 10 e 100 ha, ocorre uma elevação em número e área dos estabelecimentos acima de 100 ha.

Do mesmo modo, para a década de 80, os dados apontam à moderação do fenômeno, conduzindo a uma modesta desconcentração da posse da terra, embora permaneça ativo no estrato dos estabelecimentos entre 100 e 1.000 ha (TABELA 8).

3.4 - A Condição do Produtor

Outro aspecto do processo de modernização da agricultura que, em certa medida, contribui para a avaliação da dimensão da concentração da posse da terra, é a condição do produtor.

Generalizando e respeitando as especificidades regionais históricas e geográficas do processo de organização da produção agrícola, a análise conjugada das Tabelas 9 e 10 permite avaliar a dimensão da concentração da posse da terra, em especial, na década de 70.

Com efeito, em oposição à redução do número de estabelecimentos dos proprietários e arrendatários, ocorre uma ampliação da área explorada. Com os parceiros e ocupantes verifica-se uma notável redução em número e área dos estabelecimentos, notadamente nas mesorregiões do norte-paranaense, onde a parceria era lugar comum à época da cafeicultura.

De forma semelhante, durante a primeira metade da década de 80, verifica-se uma tendência a alterações no quadro da condição dos produtores rurais. No geral os proprietários, embora contem com menor número de estabelecimentos, apresentam crescimento na área sob seus domínios. Os arrendatários, parceiros e ocupantes ganham espaço em número e área dos estabelecimentos (TABELAS 9 e 10).

Portanto, assiste-se a uma expansão no número dos estabelecimentos agropecuários e das áreas sob jurisdição desses regimes de exploração, direcionando para uma relativa situação de desconcentração da posse da terra. Esses fatos podem ser melhor visualizados e avaliados graficamente pela análise das Figuras 5 e 6.

Esta desaceleração no processo de concentração de posse da terra, possível de se constatar para os anos 80, através da evolução da estrutura fundiária e da condição do produtor, concorre diretamente para amenizar os números do êxodo rural, conseqüentes da modernização da agricultura.

3.5 - O Papel das Geadas e da Legislação Social na Modernização da Agricultura

3.5.1 - As Geadas

O Estado do Paraná tem a maior parte do seu território situado no domínio zonal dos climas temperados com habituais geadas noturnas, durante os meses de inverno.

Na sua região Norte, o clima dominante é o Tropical de Altitude, com verão úmido e inverno seco. Habitualmente o verão e o inverno apresentam-se úmidos e periodicamente o inverno pode ser seco e

as geadas, embora raras e de pouca intensidade, ocorrem numa média de 2 a 3 em 10 anos (MAACK16, p. 131).

Generalizando a observação de KOHLHEPP14, p. 80, pode-se afirmar que o Norte do Paraná e suas zonas periféricas meridionais, durante as décadas de 50 e 60, constituiu-se na mais importante região de cultivo de café do país e produtora do mundo.

Todavia, a partir de meados dos anos 60, a cafeicultura regional entra, gradativamente, em retrocesso, devido a uma série de fatores⁵, dentre os quais as seguidas geadas tiveram grande importância. Assim, as lavouras de café, com emprego intensivo da mão-de-obra, que chegaram a ocupar cerca de 1,5 milhão de hectares, entram em decadência. As pastagens, com baixa utilização de mão-de-obra, seguidas pelo sistema de rotação soja-trigo, com alto grau de mecanização, concorrem para o elevado desemprego no campo.

Entretanto, além da forte geada de 1963 que, no Estado do Paraná afetou cerca de 900 milhões de cafeeiros (I.B.C.3, p. 14), as sucessivas geadas, com ocorrência quase que anual, a partir de meados da década de 60 – 1967, 1969, 1972, 1975 (MORO18, p. 135), 1979, 1981, 1984, 1985, 1988, 1989, 1990, 1992, 1993 e 1994⁶, comprometeram seriamente a cafeicultura regional, notadamente durante as décadas de 70 e 80 que, devido à conjugação com outros fatores, já apresentava visível estado de decadência.

A ocorrência quase que anual das geadas não proporciona às lavouras de café o tempo necessário à sua recuperação. Em função da intensidade da geada, o tempo necessário à recuperação da lavoura varia

⁵ Sobre os fatores que concorreram à modernização da agricultura e a substituição de culturas, no Norte do Paraná, recomenda-se ler MORO8.

⁶ Dados obtidos na Estação Climatológica Principal de Maringá.

de 2 a 4 anos. Desse modo, a ocorrência periódica de geadas, frustrando seguidamente a produção das lavouras, culmina por comprometer gradativamente a situação financeira dos cafeicultores. A erradicação de lavouras de café e a substituição por outras atividades produtivas de menor risco, sobretudo por pastagens e pela rotação soja-trigo, foi a regra quase que geral. KOHLHEPP14, p. 80, já havia observado o importante papel das geadas na orientação da economia regional:

“É correto que as exigências do ICA (redução da superprodução, fixação de cotas de exportação) levaram a novas reduções de áreas; foi no entanto o número crescente de geadas (1966, 1969, 1972, 1975, 1989, 1981) que se tornou decisivo para o desenvolvimento do futuro”.

Prosseguindo, logo adiante observa:

“A percentagem da redução das áreas de cultivo nos anos 70, devido sobretudo às geadas, que levaram à perda de milhares de empregos e ocasionaram uma grande mobilidade da população rural, monta a cerca de 45% no período de 1966 a 1979”.

Todavia, foi a geada de 17 de julho de 1975, de grande intensidade, que praticamente dizimou os cafezais do Norte do Paraná, acelerando o processo de sua erradicação e a conseqüente substituição por outras atividades produtivas. Assim, em curto espaço de tempo, a cafeicultura paranaense sofreu uma redução em torno de 1,3 milhão de hectares, contribuindo, sobremaneira, para acelerar a mobilidade espacial da população, em especial, nas tradicionais áreas cafeeiras do Estado.

3.5.2 - O Estatuto do Trabalhador Rural

Em 1963, o Governo Brasileiro promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo ao trabalhador rural os mesmos

benefícios da legislação social que atendia o trabalhador urbano. Este, a nível nacional, mas sobretudo regional – no caso das áreas cafeeiras do Norte do Paraná – afetou, profundamente, as relações trabalhistas no campo.

A agricultura norte paranaense assentada, basicamente numa estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades, sobretudo no Norte Central Paranaense, ocupadas, em sua maioria, até o começo dos anos 70, pela monocultura comercial do café, com o emprego intensivo de numerosa mão-de-obra, proporcionava a presença do regime de parceria e colonato, na maioria dos estabelecimentos cafeicultores.

A grande maioria dos produtores rurais, sobretudo cafeicultores, não tendo condições e também com receio de não poderem cumprir com as obrigações sociais previstas no Estatuto do Trabalhador Rural, em vista da crise que afetava a cafeicultura, passaram a considerar as possibilidades de modernização nos seus estabelecimentos.

Parte razoável dos proprietários dos estabelecimentos agropecuários, notadamente no Norte do Paraná, que tinham a cafeicultura como atividade produtiva principal, não só romperam inúmeros contatos de parceria e colonato, como também, despediram inúmeros empregados, liberando expressivo contingente de trabalhadores rurais. Estava, portanto, criado o espaço à modernização agrícola com elevado índice de mecanização.

Em curto espaço de tempo, os assalariados e “bóias-frias” passaram a ser uma constante na paisagem.

Não obstante, é oportuno e interessante a perspectiva de síntese de KOHLHEPP14, p. 87, sob a questão:

“A decadência do cultivo do café com trabalho intensivo de mão-de-obra, a transformação de extensas áreas em áreas de criação de gado extensiva em mão-de-obra e o alto grau de mecanização da agricultura levaram a um desemprego rural de dimensões catastróficas em grande parte do Norte do Paraná. O estabelecimento de uma moderna legislação social para o setor agrícola e sua fiscalização ocasionaram a rescisão de vários contratos de trabalhos fixos (com direito à residência na própria fazenda) de trabalhadores rurais e a um aproveitamento da mão-de-obra em um sistema de bóias-frias (KOHLEPP14, 1975), quer dizer como diaristas”.

Prosseguindo, acrescenta:

“A desestabilização social torna-se visível nas áreas rurais pelo número reduzido de trabalhadores rurais com contratos permanentes, pela segregação forçada e economicamente desfavorável do local de trabalho e residência e pelo emprego predominante de mão-de-obra diarista (sistema de bóias-frias), sem qualquer proteção social e entregues aos abusos praticados pelos empregadores” (KOHLEPP14, p. 91).

Na prática, o Estatuto do Trabalhador Rural não alcançou os resultados previstos e muito pouco contribuiu para a fixação do trabalhador rural no campo. Ao contrário, foi uma das molas que levou ao processo de modernização, por conseguinte à mecanização do campo e à intensa mobilidade espacial da população rural, substanciada, sobretudo, pelo êxodo rural.

4 - A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE

Efetivamente, no século XX, como já assinalamos, é a partir de meados dos anos 30 até o final dos anos 60 que a população do Estado do Paraná passou por um notável crescimento (TABELA 11).

Este período, excepcional, coincide justamente com o momento histórico da colonização e ocupação econômica dos vazios demográficos do Norte, Sudoeste e Oeste do Estado.

No Norte do Paraná, a colonização moderna, a partir da década de 30, rapidamente ocuparia as terras novas entre os rios Tibagi e Paraná. No curto espaço de 30 anos, as férteis “terras roxas” do Norte Central Paranaense e os solos arenosos do Noroeste Paranaense foram ocupados por milhares de lavouras de café, caracterizando um verdadeiro mar verde. Este, como de certo modo seria inevitável, em muitos locais, gradativamente, extravasou para as regiões circunvizinhas do Centro Ocidental e do Oeste Paranaense. Assim, um formidável contingente humano constituído, sobretudo, por paulistas, fluminenses, mineiros e nordestinos vieram engrossar a população do Paraná, concorrendo para elevar, especialmente, o efetivo da população rural (TABELA 12).

No Sudoeste e Oeste Paranaense a corrente migratória sulista, integrada pelo extravasamento dos excedentes populacionais das antigas colônias alemãs e italianas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, basicamente, caracterizou a ocupação dessas regiões.

Embora a ocupação, timidamente, já tivesse se iniciado na década de 40, é a partir de 1950 que apresenta as características de um fluxo migratório, passando o gaúcho a ser o elemento humano predominante (WACHOWICZ⁷, *apud* DIAS11, p. 30).

No geral, ocupado o Sudoeste, este serviu como “cabeça de ponte” para a colonização do Oeste que, até o final dos anos 60, tem sua ocupação praticamente concluída. Nessas duas regiões a estrutura

⁷WACHOWICZ, R.C. Paraná. Sudoeste: Ocupação e colonização. Curitiba, Vicentina, 2ª ed., 1987.

fundiária está genericamente assentada na pequena propriedade. No Sudoeste, devido, principalmente, à presença do tradicional modelo de colonização, trazido pelos sulistas – o “lote colonial familiar”, identificado com a pequena propriedade (PADIS20, p. 94). No Oeste, a pequena propriedade é, sobretudo, o resultado da forma de atuação das companhias imobiliárias, com a implantação de projetos de loteamentos, priorizando a pequena propriedade. Ademais, tanto MENDES¹⁷, como FAUSTO⁸, *apud* DIAS¹¹, p. 29, vêem vinculações desta colonização com as reformas engendradas, a partir de 1930, pelo governo Vargas.

Deste modo, da mesma forma que ocorreu no Norte do Paraná, o fluxo migratório ao Sudoeste e Oeste Paranaense concorreu para elevar o efetivo da população rural (TABELA 12).

A análise conjugada das Tabelas 11 e 12 revela que o período áureo de crescimento da população paranaense deu-se entre 1940 e 1970, sobremaneira do seu efetivo rural.

O crescimento da população paranaense, portanto, é, em grande parte, resultado das correntes migratórias nacionais. Como estas dirigiam-se para os sertões demográficos, colonizando, basicamente, as áreas rurais, pois a maioria dos imigrantes ocupavam-se de atividades agropecuárias, foi o efetivo da população rural que conheceu o excepcional crescimento, até o final da década de 60.

Generalizando, observa-se que população paranaense, até o início da década de 70, tinha uma base rural, superando em muito o contingente urbano. As raízes desta situação encontram-se na história de sua economia. Tradicionalmente, pelo menos até 1975, fundamentada em

atividades ligadas ao mundo rural, definida nos ciclos econômicos da mineração do tropeirismo, da erva-mate, da madeira e, por último, do café.

Durante a década de 70, o ímpeto de crescimento da população paranaense é quebrado e sua situação urbano-rural inverte-se, fato que já vinha ocorrendo desde o final da década de 60, porém de forma suave. Pela primeira vez, neste século, a população urbana superaria a rural (TABELAS 11 e 12).

Impressionante é o ritmo acelerado dessa transformação, prosseguindo, pela década seguinte, se bem que de forma mais atenuada.

As causas para isto estão presentes no processo de modernização da agricultura do Estado, com todo o seu corolário, implantada durante os anos 70, a partir do Norte do Estado. Aí, como já vimos, as constantes geadas, além de outros fatores, tiveram um peso considerável no processo, contribuindo, sobremaneira ao êxodo rural.

É justamente a magnitude deste êxodo rural que afeta o crescimento da população paranaense, como atestam os dados da Tabela 11.

No caso paranaense, parte considerável dos retirantes do campo dirigiram-se a outros estados da Federação, notadamente às fronteiras agrícolas das regiões Centro-Oeste e Norte e à região metropolitana da capital paulista. Da mesma forma, é significativo o contingente que se deslocou para as terras agrícolas, lindeiras ao rio Paraná, no vizinho Paraguai, concorrendo na formação dos “brasil-guaios”.

⁸ FAUSTO, B. Brasil em perspectiva. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1988.

Outrossim há, ainda, um numeroso conjunto de retirantes que se dirigiram, preferencialmente, às cidades pólos regionais, como Cascavel, Guarapuava, Maringá, Londrina, Umuarama, Apucarana, Ponta Grossa, dentre outras, e às suas cidades satélites, e com maior fluxo à região metropolitana da capital paranaense. Esta, por sinal, no período de 1970 a 1980, dentre as brasileiras, foi a que apresentou a maior taxa média geométrica de crescimento anual – 5,78. Para o período de 1980 a 1991 permanece entre as mais elevadas, acusando 3,02% (I.B.G.E.10, p. 23).

Nos pólos regionais das tradicionais regiões agrícolas do Estado, assim como nas suas cidades satélites, os retirantes do campo que aí permaneceram, na sua grande maioria, transformaram-se em “bóias-frias”. Portanto, habitantes urbanos e trabalhadores agrícolas em serviços temporários e ocasionais. Constituem aquela parcela da população denominada, por SANTOS25, p. 31, de população agrícola.

A análise das Figuras 7 e 8 permite avaliar com clareza a amplitude e a velocidade das transformações por que passou a população paranaense.

Generalizando, os dados revelam que a população paranaense, após passar por um excepcional período de crescimento, entre 1940 e 1970, entra num não menos excepcional período de retração, entre 1970 e 1991, quando as taxas médias geométricas de crescimento anual acusam, respectivamente, 0,96% para a década de 70 e 0,90% para a de 80 (I.B.G.E.10, p. 18). No entanto, convém ressaltar que a admirável grandeza e velocidade do êxodo rural no Norte do Paraná – pólo da cafeicultura estadual –, concorreram, notadamente, para afetar o crescimento e a situação urbana-rural da população paranaense, como permitem avaliar as Figuras 8 e 9.

Assim, está claro que a intensidade do fenômeno não foi homogêneo espacialmente. Isto conduz a uma nova espacialização da população paranaense, a nível das suas mesorregiões geográficas, como será visto a seguir.

5. MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO PARANAENSE NAS DÉCADAS DE 70 E 80

5.1 - Mobilidade Espacial Mesorregional

Dentro do quadro em que estamos conduzindo o estudo da mobilidade espacial da população paranaense – a modernização da agricultura – observa-se que, no período de 20 anos – 1970/1991, a população total do Norte do Paraná – a mais tradicional e importante região agrícola do Estado, diminuiu em 436.555 habitantes. Genericamente, como revela a Tabela 13, todas as mesorregiões do Norte do Estado perderam população, salvo a do Norte Central Paranaense que, entre 1980 e 1991, conheceu um ligeiro aumento de 173.511 habitantes, seguramente relacionado com a presença de uma rede urbana bem estruturada, onde despontam pólos urbanos regionais como Londrina, Maringá e Apucarana.

No Norte do Paraná, os efeitos do processo de modernização da agricultura, com todo seu corolário, incluído aí as geadas e a legislação social, sobre a dinâmica vertical e espacial da população, foram demograficamente prejudiciais. Em razão de que o Norte Paranaense era a área “core” da cafeicultura estadual, com o emprego intensivo de mão-de-obra rural.

Assim, entre 1970 e 1990, o Norte do Paraná conheceu a redução e a inversão da situação urbano-rural da sua população (FIGURA 10 e TABELA 13).

Afora a mesorregião Metropolitana de Curitiba, nas demais mesorregiões do

Estado, o desenvolvimento numérico da população pode ser considerado normal no período em análise. No entanto, na década de 70, o Sudoeste acusa um ligeiro declínio de sua população em razão, sobretudo, da colonização do Oeste-Paranaense. Na década de 80, os efeitos da modernização agrícola são mais acentuados nas mesorregiões do Oeste, Sudoeste e Centro-Sul Paranaense, porque aí sua efetivação manifestou-se com maior intensidade nessa década (TABELA 13 e FIGURA 11).

Quanto à região metropolitana de Curitiba, o crescimento do efetivo populacional foi excepcional em todo o período, certamente, em grande parte, às expensas de suas congêneres do interior.

Por outro lado, com respeito à situação urbano-rural da população, a Tabela 13 revela que, regra geral, todas as mesorregiões do Estado, exceto a mesorregião Metropolitana de Curitiba, conheceram uma inversão desta situação; resultado do êxodo rural e conseqüente urbanização, mais intensa, nos anos 70, no Norte e Oeste do Estado e, de um modo geral, ligeiramente menos intenso, durante os anos 80. A região metropolitana de Curitiba foge à regra porque, embora tenha conhecido um expressivo crescimento populacional, o efetivo de sua população urbana já era superior ao rural em 1970.

A análise da Figura 11 permite uma visualização gráfica comparativa do comportamento espacial da população paranaense entre as décadas de 70 e 80, segundo as mesorregiões geográficas do Estado.

A distribuição espacial da população paranaense, segundo as mesorregiões geográficas do Estado e sua participação percentual sobre o total do Estado – TABELA 14, aponta um decréscimo na participação das mesorregiões do Norte do Estado, em

especial, na década de 70. Ao contrário, as mesorregiões do Centro Oriental, do Sudeste e Metropolitana de Curitiba acusam aumento. O destaque para esta última decorre, em boa parte, da atração exercida pela implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Nas duas primeiras, o desenvolvimento do distrito industrial de Ponta Grossa, as proximidades da capital do Estado, bem como a existência de espaços agrícolas ainda não valorizados pela mecanização, aparecem como fatores, em parte, associados ao seu crescimento populacional, conseqüentemente, de sua participação relativa.

Ao mesmo tempo, as mesorregiões do Oeste e Centro-Sul Paranaenses, apesar de revelarem acréscimos no total da população, têm suas participações relativas suavemente recuadas. O Sudoeste Paranaense, com acréscimo populacional na década de 70 e decréscimo na de 80, da mesma forma, revela um suave recuo na sua participação relativa (TABELA 14).

No geral, está claro que a queda verificada na participação relativa entre as mesorregiões geográficas paranaenses, sobre o total da população do Estado, foi bem mais expressiva no Norte do Estado, em virtude da magnitude do seu esvaziamento demográfico. A análise conjugada das Figuras 11 e 12 permite avaliar o comportamento da mobilidade espacial da população e sua participação relativa, a nível mesorregional, no conjunto do Estado. Ambas comprovam que o esvaziamento populacional afetou as áreas onde a população rural era mais densa – as antigas zonas cafeeiras do Norte do Estado – provocando sensível queda na sua participação estadual, reduzindo sua importância em termos demográficos.

5.2 - A Mobilidade Espacial Rural-Urbana a Nível Mesorregional

5.2.1 - A Situação Rural

Genericamente, ao longo das duas últimas décadas, o quadro da situação rural-urbana da população paranaense, analisado no contexto do processo de modernização da agricultura, inverteu-se completamente, como revelam as Figuras 7, 8 e 10.

De uma situação majoritariamente rural em 1970, a população paranaense evoluiu para uma situação predominantemente urbana em 1991 (TABELA 12).

No entanto, regionalmente, a intensidade e a dinâmica do processo não foram homogêneas (TABELA 13 e 14). Fogem à regra a mesorregião Metropolitana de Curitiba e a Centro Oriental Paranaense (TABELAS 13, 14 e 15). A primeira, já em 1970, apresentava uma elevada taxa de urbanização, em contínua e expressiva elevação. A segunda, também, já possuía a população urbana ligeiramente superior à rural – típico das áreas campestres, com forte presença da pecuária extensiva. Aí, a taxa de urbanização prosseguiu acentuadamente vigorosa (TABELA 13).

Os cartogramas, apresentados na Figura 13, permitem uma avaliação tempo-espacial da evolução da densidade da população rural.

Durante a década de 70, foram as regiões Norte e Oeste do Estado que passaram por notável queda na densidade de sua população rural. Segue-se-lhes, em segundo plano, com uma redução mais leve, a mesorregião Metropolitana de Curitiba. Nas mesorregiões do Sudoeste, do Centro Oriental e do Sudeste Paranaenses a estabilidade foi a norma geral. No entanto, a mesorregião do Centro Sul Paranaense foi a única a conhecer um pequeno aumento

em sua densidade demográfica (FIGURA 13 e TABELA 15). Isto se deve, em parte, à disponibilidade de terras ainda não valorizadas pela mecanização agrícola. Estas, em certa medida, serviram de refúgio para os retirantes rurais das regiões vizinhas.

De forma semelhante, na década de 80, o fenômeno de redução da densidade da população rural prossegue, embora se apresente, no geral, mais ameno. Apenas as mesorregiões do Sudeste, do Centro Oriental e Metropolitana de Curitiba revelam estabilidade com relação à década anterior (FIGURA 13 e TABELA 15).

As maiores perdas na densidade da população rural, durante a década de 70, verificaram-se nas tradicionais áreas cafeeicultoras do Norte do Estado, seguidas pelas regiões agrícolas do Oeste e Sudoeste Paranaenses, além da Metropolitana de Curitiba. Os ganhos, moderadamente expressivos, ocorreram no Centro Sul Paranaense (FIGURA 14 e TABELA 15).

A década de 80, por sua vez, aponta que as perdas mais significativas na densidade da população rural prosseguiram, novamente, no Norte do Estado, agora acompanhado pelo Oeste. Em segundo plano, com perdas de até 25%, aparecem as mesorregiões do Sudoeste, Centro Sul e Centro Oriental Paranaenses. A estabilidade, já presente, na década anterior, no Sudeste Paranaense, agora se estende à região Metropolitana de Curitiba (FIGURA 14 e TABELA 15).

As alterações verificadas na distribuição espacial das densidades demográficas da população rural concorreram para provocar variações na participação percentual das mesorregiões geográficas sobre o total da população rural do Estado (TABELA 14 e FIGURA 15).

Os cartogramas espelhados à Figura 15 demonstram a espacialização percentual dessas variações a nível das mesorregiões geográficas do Estado.

Assim, concretamente, durante a década de 70, as mesorregiões geográficas afetadas por um declínio acentuado na participação relativa foram, coincidentemente, aquelas que compunham a tradicional região cafeeira – o Norte do Estado. Em contra-partida, as demais mesorregiões geográficas tiveram sua participação relativa aumentada, exceto no caso do Centro Oriental e do Centro Sul Paranaenses que, paradoxalmente, tiveram aumento no efetivo da população rural (TABELA 14).

Da mesma forma, durante a década de 80, as variações negativas na participação relativa concentraram-se nas mesorregiões do Norte do Estado, agora acompanhadas pelo Oeste Paranaense. Em contraposição, verifica-se um aumento na participação relativa das demais mesorregiões geográficas, com destaque à Metropolitana de Curitiba e Sudeste Paranaense, em razão do pequeno crescimento de sua população rural (TABELA 14).

Numa perspectiva global, os cartogramas apresentados às Figuras 13, 14 e 15 demonstram as conseqüências demográficas das mudanças nas formas de uso do solo, bem como da penetração e avanço das relações capitalistas de produção no campo, via modernização da agricultura. Permitem, assim, constatar que a queda no número da população rural implica na perda de importância da participação relativa, sobretudo, das mesorregiões geográficas do Norte e Oeste, no conjunto da população rural do Estado.

5.2.2 - A Situação Urbana

A situação urbana da população, via de regra, é a contra-partida ou o reflexo das

mudanças ocorridas na situação rural da população. Neste sentido, o processo de urbanização da população paranaense, verificado ao longo das duas últimas décadas, representa um exemplo concreto dessa realidade.

A análise das Tabelas 12, 13, 14 e dos cartogramas espelhados à Figura 16 confirma que, ao contrário do que aconteceu com a população rural, a população urbana aumentou em todas as mesorregiões geográficas do Estado do Paraná. As causas deste aumento, via de regra, são as mesmas que produziram a queda da população rural.

Neste sentido, genericamente, a urbanização conhecida representa o resultado das mudanças que ocorreram nas atividades agrárias, na medida em que concorreram para forçar a migração campo-cidade.

Sobre este aspecto, ALEGRE e MORO1, p. 63, observaram que:

“A mudança das relações de trabalho da mão-de-obra permanente para a temporária, evidencia melhor a característica da cidade como refúgio, alternativa, para grande parte dos desempregados do campo. É considerável, hoje, o número de habitantes da cidade, tidos como urbanos mas que constituem a mão-de-obra para as atividades temporárias do campo”.

De outro modo, não se pode deixar de lado a tendência universal de urbanização da humanidade. Ainda mais no Brasil, em razão sobretudo das péssimas condições de vida para os habitantes do campo em todas as dimensões do cotidiano. Ademais, há que se considerar, principalmente, a melhoria dos meios de circulação – estradas, veículos – que possibilitam mesmo ao trabalhador permanente, proprietários e outros ocupados com as lides do campo, residirem na cidade (ALEGRE e MORO1, p. 64).

Neste contexto, a análise da mobilidade espacial da população urbana paranaense, durante a década de 70, vista sob o ângulo da variação na participação relativa das mesorregiões geográficas sobre o seu total, revela que a queda na participação localizou-se, sobretudo, nas mesorregiões cafeeicultoras do Norte do Estado, seguidas pelas do Centro Oriental e Sudeste Paranaenses, identificadas, até então, pela forte presença da pecuária (TABELA 14 e FIGURA 16).

Ao contrário, os aumentos na participação acentuaram-se, em especial, na mesorregião do Oeste Paranaense – na oportunidade, em fase de efetivação de sua ocupação –, seguida pela Metropolitana de Curitiba – na época, em processo de implantação da Cidade Industrial de Curitiba – e, por fim, em níveis razoáveis nas mesorregiões do Sudoeste e Centro-Sul Paranaenses (TABELAS 14 e FIGURA 16).

Ao longo da década de oitenta, a queda na participação relativa das mesorregiões geográficas sobre o total da população urbana do Estado, agora com variações percentuais baixas, localizou-se, novamente, nas mesorregiões do Norte do Estado – excluía a do Centro Ocidental –, e no Centro Sul e Sudeste Paranaenses. Por outro lado, os aumentos na participação relativa ocorreram nas mesorregiões geográficas do Oeste, Sudoeste, Centro Ocidental e Centro Oriental Paranaenses, enquanto a Metropolitana de Curitiba acusa estabilidade (TABELA 14 e FIGURA 16).

Muito embora os valores das variações percentuais, durante a década de oitenta, sejam modestas, não impediram que o processo de queda da participação relativa do norte-paranaense no conjunto da população urbana do Estado prosseguisse, embora de forma mais amena em relação à década anterior.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, os elementos estatísticos deixaram claro que as mudanças substanciais na espacialização da população paranaense, bem como na dinâmica do seu crescimento deram-se durante a década de 70, prosseguindo, de modo mais atenuado, pela década seguinte, respeitando as especificidades regionais.

Historicamente, as bases do povoamento e ocupação econômica do Estado do Paraná assentam-se nas atividades econômicas ligadas ao setor primário e, por isso mesmo, localizadas no meio rural – ciclo da mineração, ciclo do tropeirismo, ciclo da erva-mate, ciclo da madeira, ciclo do café e, com gênese durante a década de 70, o ciclo da policultura e agroindustrialização. Este último, acompanhado, simultaneamente por um processo de industrialização, localizado nos principais centros urbanos, com destaque especial à capital do Estado com a implantação do projeto da Cidade Industrial de Curitiba.

Desse modo, a espacialização da população paranaense não poderia ser diferente. Esta, pelo menos até o início da década de 70, apresentava uma situação predominantemente rural. E, nesse quadro, destacadamente, as maiores densidades da população rural localizavam-se nas tradicionais áreas cafeeiras do Norte do Estado (TABELA 15). Essa população ocupava-se, sobretudo, com as tarefas do calendário agrícola, próprias da cafeeicultura. Nessa oportunidade, a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários tinha a cafeeicultura como atividade produtiva principal, com a utilização intensiva de mão-de-obra.

A crise que se instalou sobre a cafeeicultura, em especial a paranaense, já a partir do final da década de 60, mas

sobretudo durante a de 70, conjugada com fatores: de ordem conjuntural – contração do mercado, super-produção, dependência econômica externa; de ordem estrutural – a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, a política oficial de desestímulo à cultura do café e estímulo à cultura de oleaginosas, a política oficial de indução à modernização agrícola via créditos subsidiados; de ordem circunstancial e local – a ocorrência de geadas quase que anuais, comprometendo a produção e a saúde dos cafeeiros, a contaminação dos cafeeiros pela “ferrugem”, encontrando os cafeicultores técnica e financeiramente despreparados para combatê-la –, além de outros, e articulada, simultaneamente com o processo de modernização agrícola, culminou por reduzir violentamente a área ocupada pela cafeicultura no Estado do Paraná.

Ora, como o pólo da cafeicultura estadual situava-se no Norte do Estado, é evidente que aí as mudanças decorrentes das transformações da agricultura, sobretudo quanto ao uso do solo, fossem notavelmente expressivas, em especial, a nível da estrutura fundiária e da distribuição espacial da população.

Tanto isto é verdade que, no aspecto fundiário, durante a década de 70, a redução no número de estabelecimentos rurais verificou-se maciçamente no Norte do Estado (TABELA 6). Da mesma forma, no aspecto demográfico, a redução da população rural, no Norte do Estado, superou o conjunto do Estado (TABELA 13), prosseguindo pela década seguinte de forma menos acelerada.

O Norte do Paraná, portanto, foi o palco central da intensidade desses acontecimentos. No primeiro ato o cenário (a paisagem) regional tinha a cafeicultura como atividade produtiva principal. No segundo ato o cenário (a paisagem) regional apresenta, segundo as especificidades das

mesorregiões, a cultura associada da soja e trigo, pastagens e, em segundo plano, culturas de algodão, cana-de-açúcar, milho, café, dentre outras.

Assim, as causas da evolução da população paranaense, notadamente no seu comportamento espacial rural-urbano, bem como, quanto ao seu crescimento quantitativo, além da sua mobilidade espacial mesorregional, devem ser buscadas, fundamentalmente, em dois processos simultâneos e inter-relacionados: a substituição de culturas – em especial da cafeicultura pela cultura associada da soja e trigo; a modernização da agricultura, tendo, como ponto de partida, em primeiro plano o Norte do Estado, em segundo plano o Oeste e Sudoeste, seguidos pelos domínios campestres das mesorregiões do Centro Sul, Sudeste e Centro Oriental Paranaenses.

Genericamente, no transcurso desta realidade – geográfica, histórica, econômica e populacional – que procuramos analisar ficou patente, além de outros, o processo de concentração da posse da terra, notadamente, quanto ao Norte do Paraná. Seguramente, à medida que este acentuou-se, milhares de pessoas viram-se expulsas do campo, tornando mais numeroso o fluxo do êxodo rural, aumentando o contingente dos marginalizados do progresso econômico, constituindo, na sua maioria, os subempregados, os “bóias-frias”, os sem-terra, os sem-teto, os desempregados etc..., agravando a questão social brasileira. Estes, à medida que se urbanizam, acentuam os problemas sociais das cidades pois, face à velocidade do fenômeno, as cidades não tiveram tempo, nem recursos, para se equiparem a fim de atender com decência os retirantes do campo, no que as principais cidades do Paraná constituem um bom exemplo.

Todavia, como já observamos, as mudanças no comportamento espacial e vertical da população paranaense não foram

regionalmente homogêneas, porque, como vimos, encontram-se estreitamente vinculadas às mudanças estruturais na agricultura estadual.

Assim, nas mesorregiões que compõem o Norte do Estado, sobretudo durante a década de setenta, o processo de substituição de culturas e o processo de modernização da agricultura aconteceram concomitantemente. Houve casos em que a substituição de culturas trouxe a modernização agrícola quando o produtor rural, diante da crise da cafeicultura e da ocorrência seguida de geadas, tinha sua lavoura de café completamente irrecuperável. Restava-lhe vender ou arrendar as terras a outrem que, via de regra, iria ocupá-las com o sistema agrícola de rotação de culturas soja-trigo, trazendo, assim, a modernização agrícola, ou renovar o cafezal – o que, no momento, não era viável economicamente – ou, ainda, erradicar o cafezal e substituí-lo pela cultura associada da soja e trigo, conduzindo assim, também, a modernização agrícola.

Noutra situação, diante da crise de mercado da cafeicultura, o produtor rural – via de regra cafeicultor – opta pela cultura associada da soja e trigo, optando, assim, pela modernização. Numa situação a substituição de culturas conduz à modernização agrícola e noutra situação a modernização agrícola determina a substituição de culturas. Esta aparece, então, apenas como um aspecto do processo geral de modernização da agricultura.

No Norte do Paraná, portanto, as conseqüências espaciais e verticais desses processos sobre o componente demográfico foram marcantes durante a década de setenta, muito embora se projetassem pela década seguinte de forma menos acelerada, em razão notadamente, da retirada dos subsídios oficiais à agricultura – 1983 – freando o ritmo da modernização.

No Oeste Paranaense, os efeitos da modernização agrícola sobre o componente demográfico revelaram-se mais expressivos na década de 80. Aí, o auge da modernização agrícola deu-se pouco mais tarde que o Norte do Estado visto que, durante a década de 70, a região ainda passava pela concretização de sua ocupação.

No Sudoeste Paranaense, da mesma forma, o êxodo rural e a urbanização alcançaram maior expressividade na década de 80. No entanto, aí estão presentes dois aspectos que concorreram a uma relativa estabilidade do conjunto da população (TABELA 13). Primeiro, a presença de um relevo ligeiramente movimentado, em boa parte da região, inibindo a mecanização agrícola, limitando a concentração fundiária. Segundo, a introdução de um novo padrão de desenvolvimento agroindustrial – produção integrada agricultura-indústria, em que o potencial da agricultura em responder às condições exigidas pela empresa passa a ser o fator de atração de investimentos – entre grande número de pequenos produtores rurais e as grandes empresas do setor frigorífico – SADIA e Perdigão –, igualmente, em certa medida, concorreu à permanência do pequeno produtor no campo, amenizando a dinâmica espacial da população (TABELA 13). Este modelo, se bem que em menor escala, também já vinha ganhando espaço tanto no Oeste como no Norte do Estado.

Na tradicional região pastoril dos Campos Gerais – integrada pelas mesorregiões geográficas do Centro Sul, Centro Oriental e Sudeste Paranaenses –, onde historicamente, até bem pouco tempo atrás, a pecuária extensiva era a atividade produtiva socialmente mais importante, os efeitos da modernização agrícola sobre o comportamento espacial da população, embora apresentassem menor expressividade que nas demais regiões

agrícolas do Estado (TABELA 13), manifestaram-se, de forma semelhante, tanto durante a década de 70 como na de 80. A tendência é de acentuar-se a urbanização porque foi somente a partir dos meados dessa última década que as terras de campo foram valorizadas pela modernização agrícola, em razão, sobretudo, da sua potencialidade à mecanização.

Por último, na mesorregião geográfica Metropolitana de Curitiba, o índice de urbanização, que já em 1970 era elevado, prossegue em contínua elevação, decorrente sobretudo da marcha do processo de modernização da agricultura nas regiões agrícolas do interior do Estado.

Durante as décadas de 70 e 80, numeroso contingente populacional oriundo das tradicionais áreas agrícolas do Estado – notadamente das antigas áreas cafeeiras do Norte do Estado –, afluí continuamente à região Metropolitana de Curitiba (TABELA 15 e FIGURA 11), atraído, em especial, pela esperança de emprego na Cidade Industrial de Curitiba.

Assim, como apontam a Tabela 15 e a Figura 11, a região Metropolitana de Curitiba, durante as décadas de 70 e 80, drenou para si parte significativa da população que deixou o meio rural. Esta, além de contribuir para seu excepcional crescimento populacional, também contribuiu para elevar os índices de urbanização das cidades que integram a região, notadamente daquelas que compõem a rede urbana da microrregião geográfica de Curitiba.

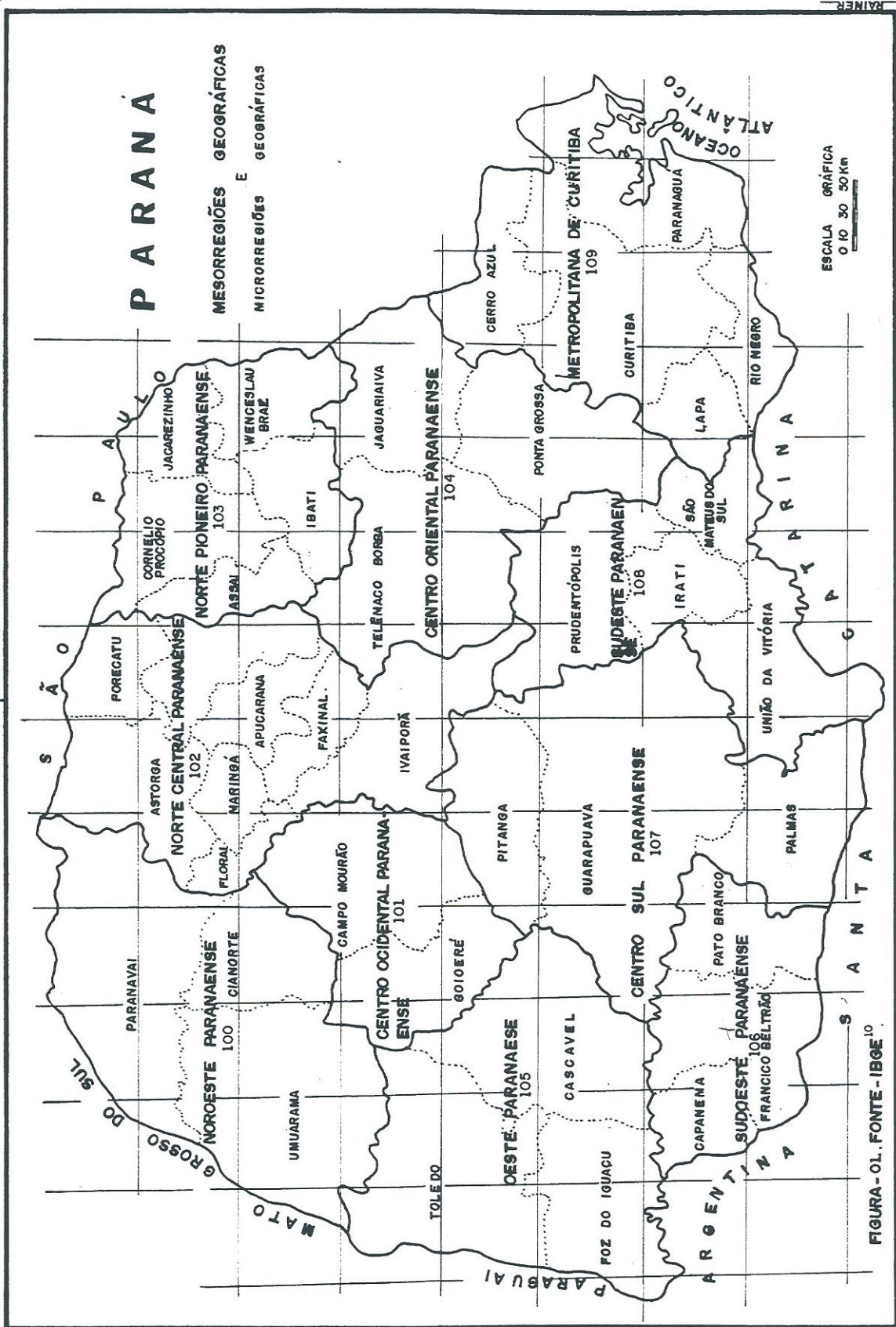
Desse modo, em linhas gerais, o processo de urbanização recente da população paranaense não foge à regra do modelo clássico de urbanização anormal –, isto é, o ritmo do número de empregos gerados no meio rural é inferior ao ritmo de crescimento da população (VISENTINI28,

p. 87). No caso do Estado do Paraná, agravado, profundamente, pela eliminação de grande número de empregos, notadamente no Norte do Estado, em razão sobretudo, da erradicação da cafeicultura, que não mais se constitui na principal atividade produtiva dominante na paisagem regional.

Em suma, com certo grau de generalização e abstração, respeitando-se as especificidades regionais, pode-se afirmar que os efeitos do processo geral de modernização da agricultura estadual – aí incluído o processo de substituição de culturas, notadamente para o Norte do Paraná – sobre a mobilidade espacial da população paranaense e, por conseguinte, sobre a dinâmica do seu crescimento, foram mais contundentes durante a década de 70 e que, durante a década de 80, foram ligeiramente mais amenos; seguramente, em razão sobretudo da retirada dos subsídios oficiais à agropecuária em 1983, desacelerando o ritmo do processo de modernização agrícola.

Portanto, a história da mobilidade espacial da população paranaense, bem como da dinâmica do seu crescimento numérico, durante as décadas de 70 e 80, na escala das mesorregiões geográficas, como foi visto, aconteceu, na sua maior parte, estreitamente vinculada ao processo de desenvolvimento da sua agricultura.

Figura 1 - anexo



BRASIL: POPULAÇÃO SEGUNDO OS CENSOS DEMOGRÁFICOS

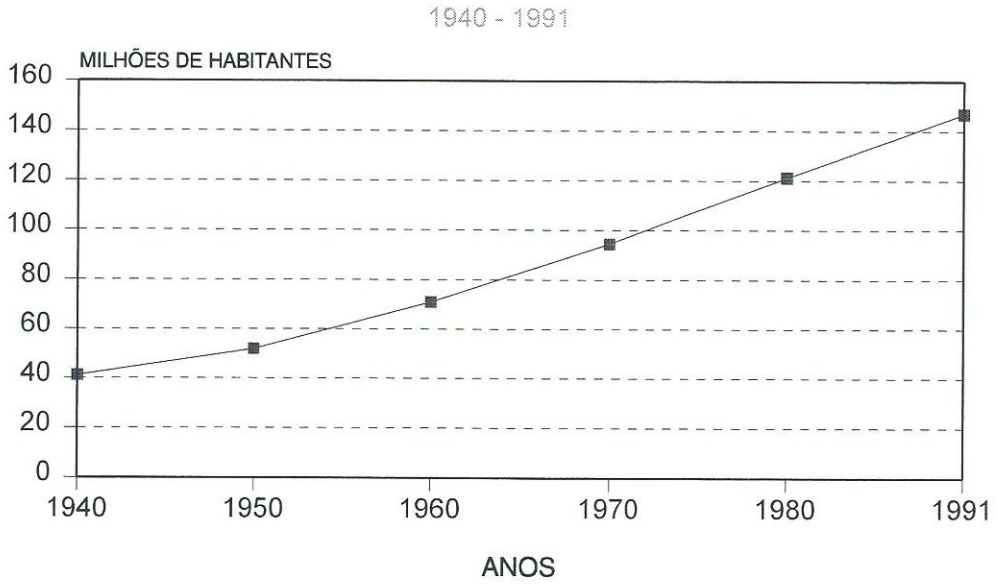


Figura: 2. Fonte: I.B.G.E. 10, P.150.

BRASIL: POPULAÇÃO URBANA E RURAL

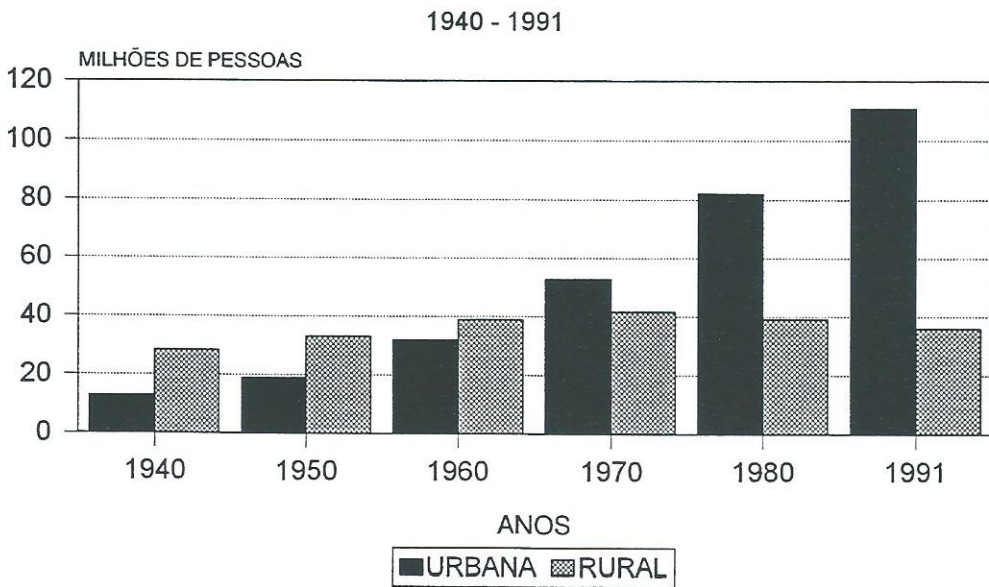


Figura: 3. Fonte: I.B.G.E. 10, P.150.

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS FORMAS DE USO DO SOLO NA AGROPECUARIA PARANAENSE E SUA PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL DO ESTADO

1970 - 1985

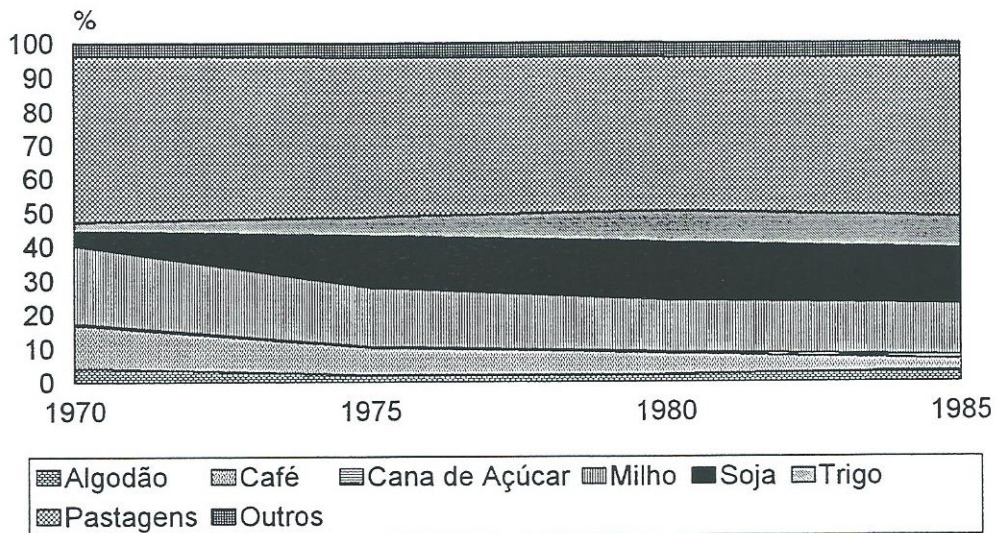


Figura: 4 Fonte: TABELA 5 ORGANIZADORES: MORO E DIAS

EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, NO PARANÁ.

1970 - 1985

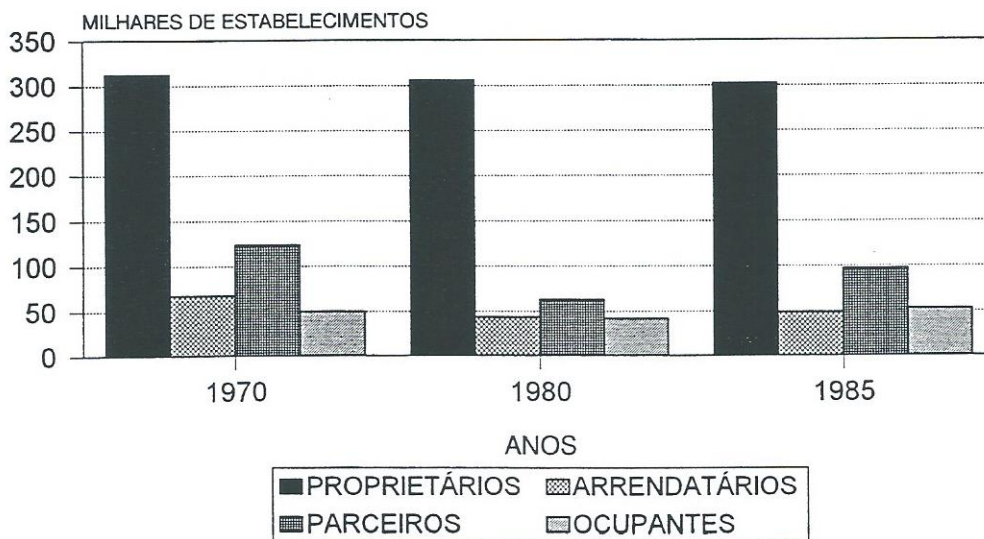
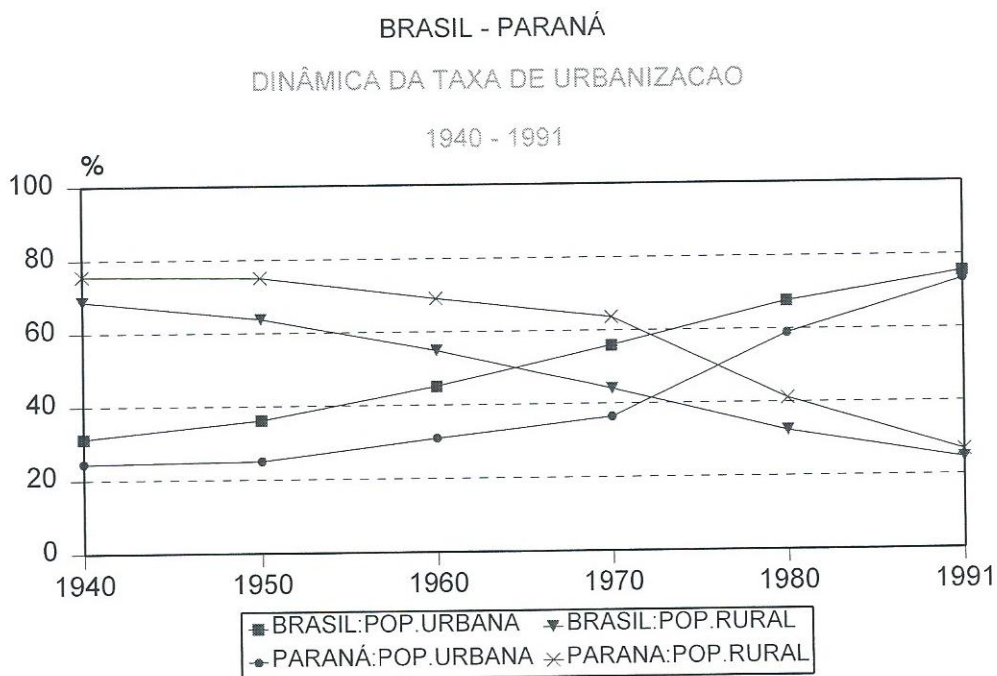
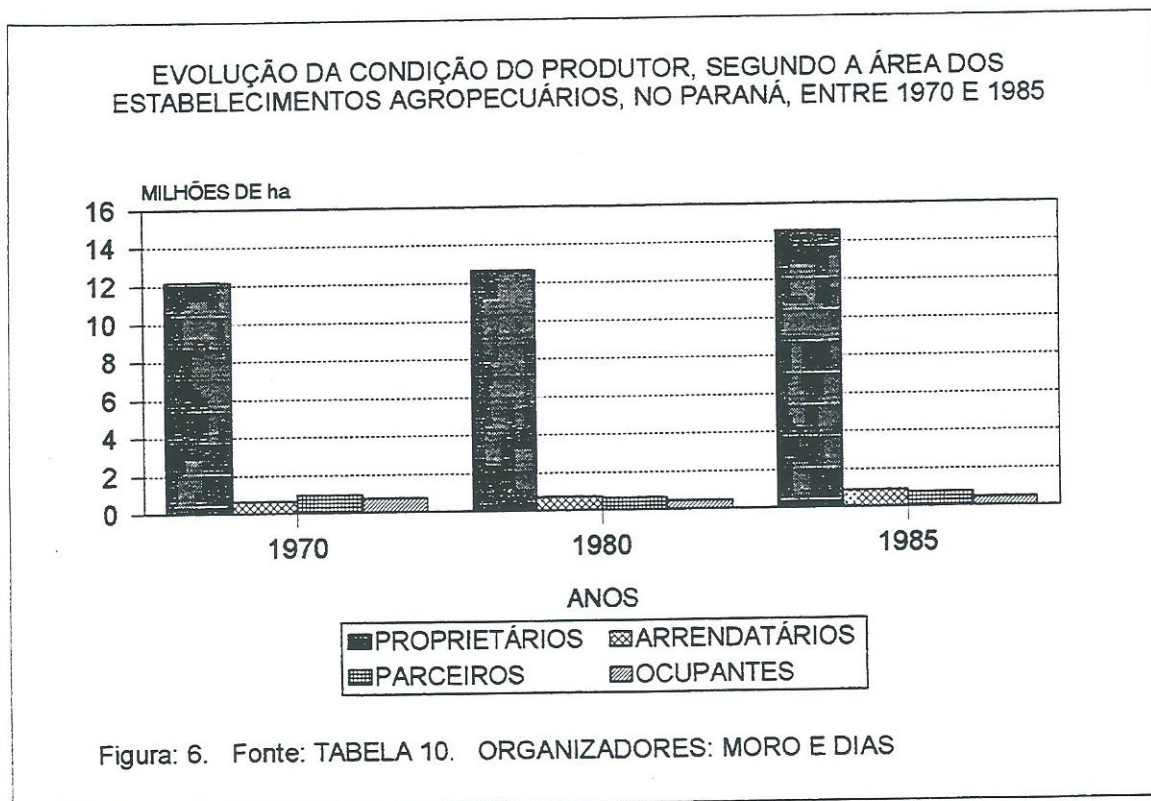


Figura: 5. Fonte: TABELA 9. ORGANIZADORES: MORO E DIAS



BRASIL - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL

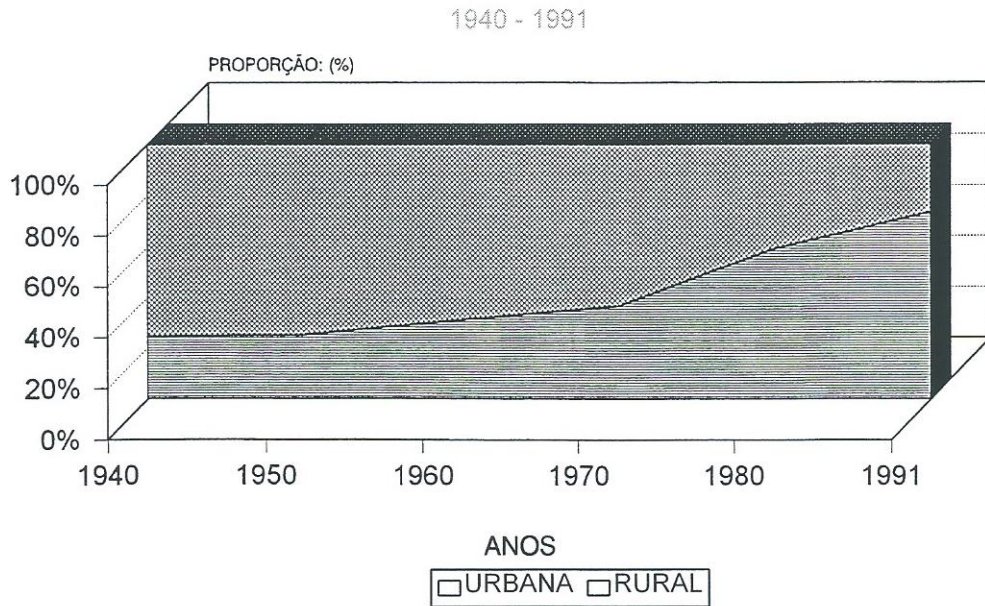


Figura: 8 Fonte: I.B.G.E.10, p.150. ORGANIZADORES: MORO E DIAS

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE E NORTE-PARANAENSE

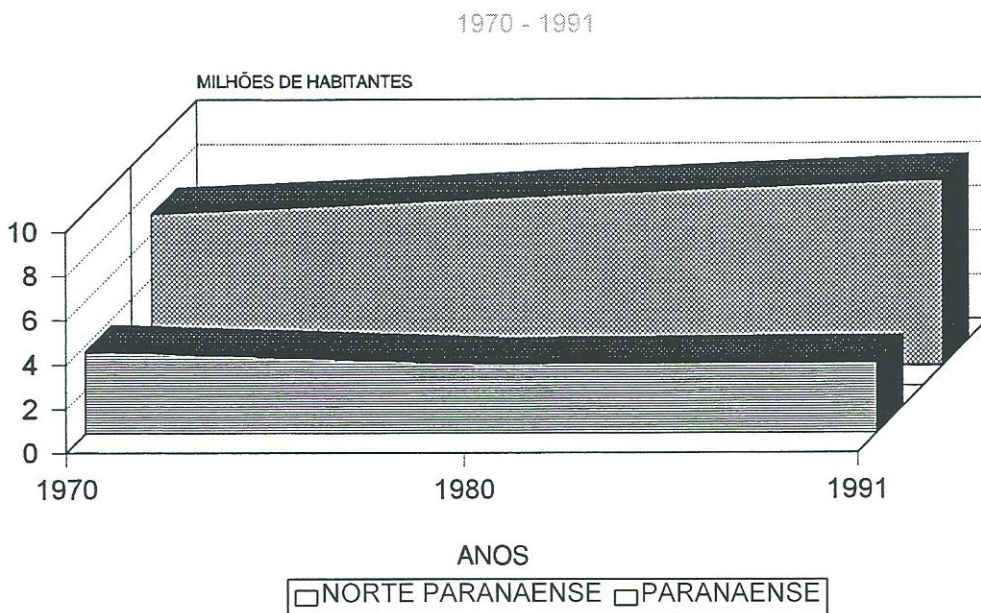


Figura: 9. Fonte: I.B.G.E.4, 6 e 10. ORGANIZADORES: MORO E DIAS

Figura 10

SITUAÇÃO URBANO-RURAL DA POPULAÇÃO PARANAENSE E NORTE PARANAENSE:
 PERCENTUAIS EM 1970, 1980 e 1991

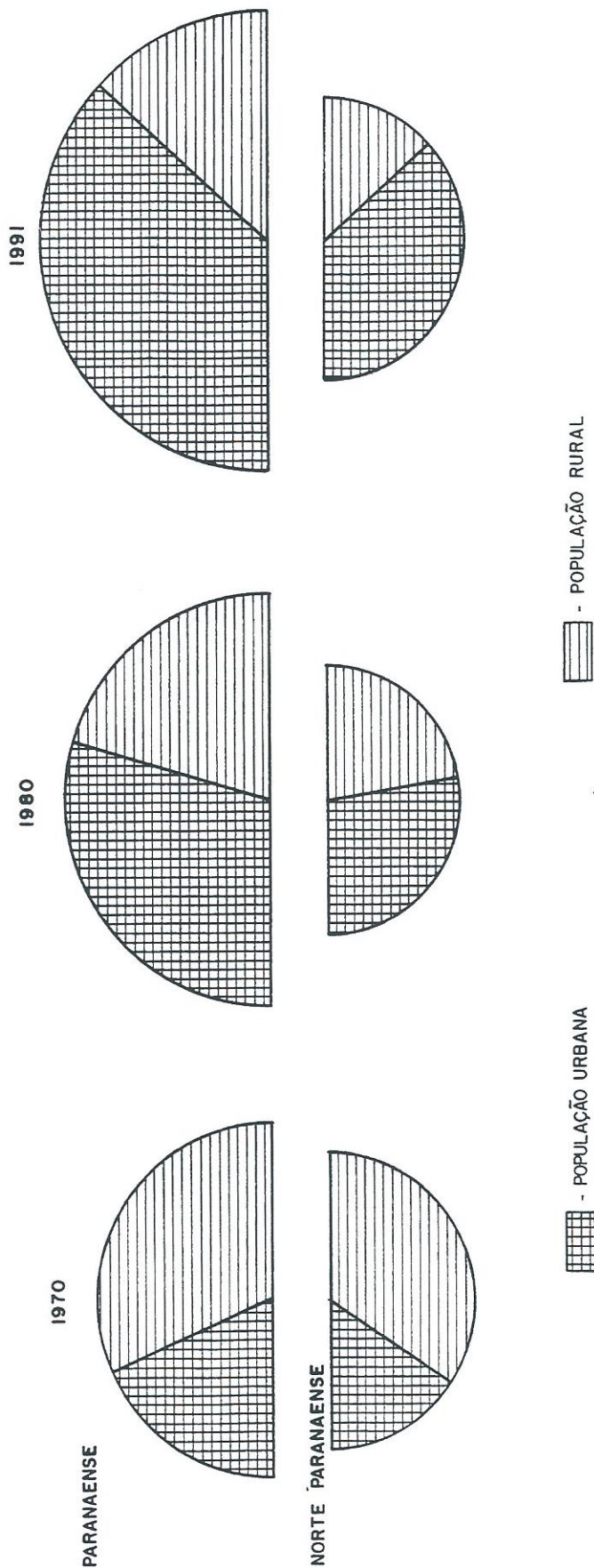


FIGURA 10
 FONTE: I.B.G.E., 4,6 e 10
 ORGANIZADORES: MORO e DIAS

Figura 11

PARANÁ: DINÂMICA ESPACIAL DA POPULAÇÃO
 PERDA OU GANHO PERCENTUAL DE HABITANTES, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO
 ENTRE 1970 - 1980 E 1980 - 1991

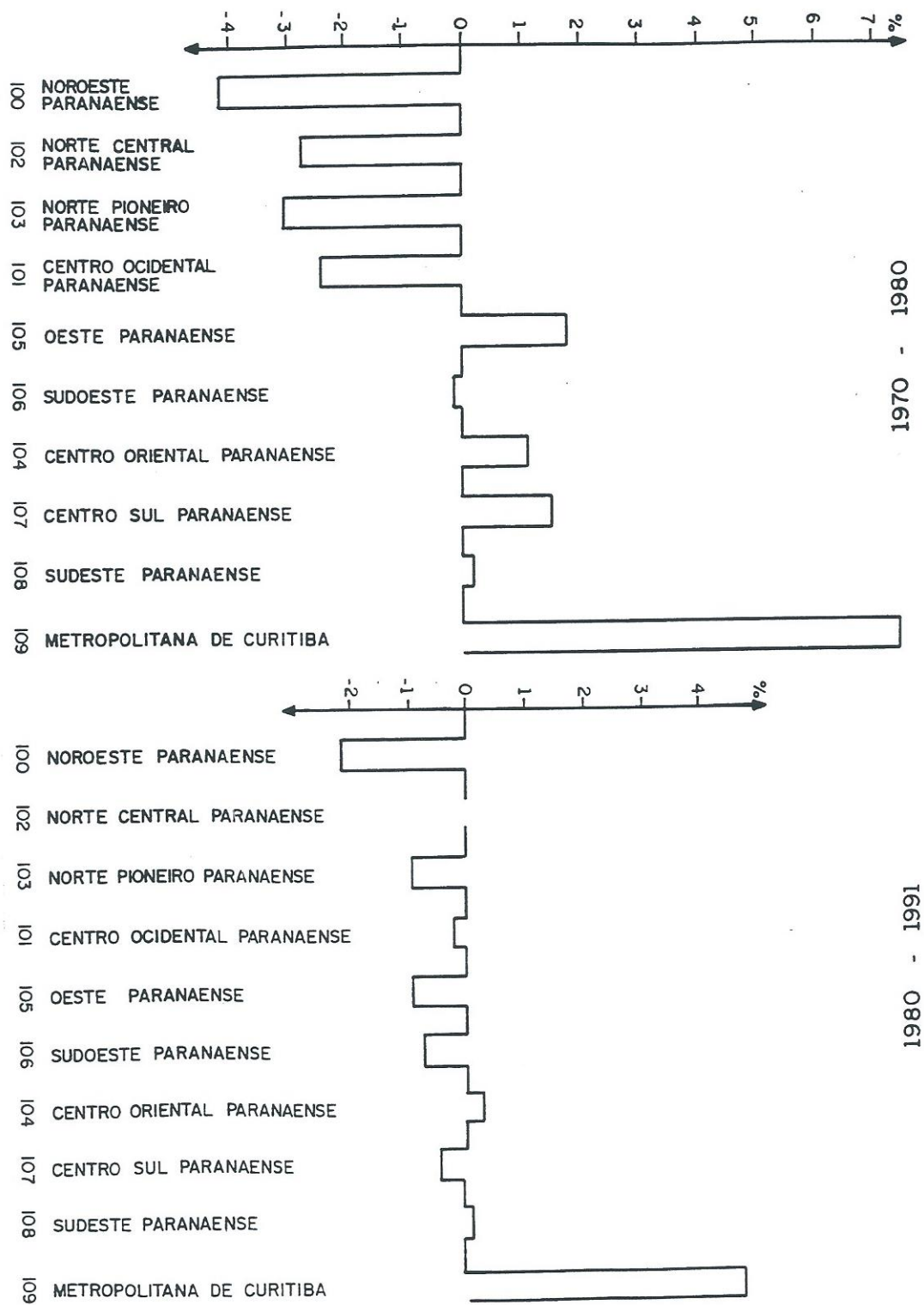


FIGURA: 11

FONTE: TABELA 15

ORGANIZADORES: MORO e DIAS.

PARANÁ: MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO
VARIACÃO NA PARTICIPAÇÃO DAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS
SOBRE A POPULAÇÃO DO ESTADO ENTRE 1970 - 1980 E 1980 - 1991

Figura 12

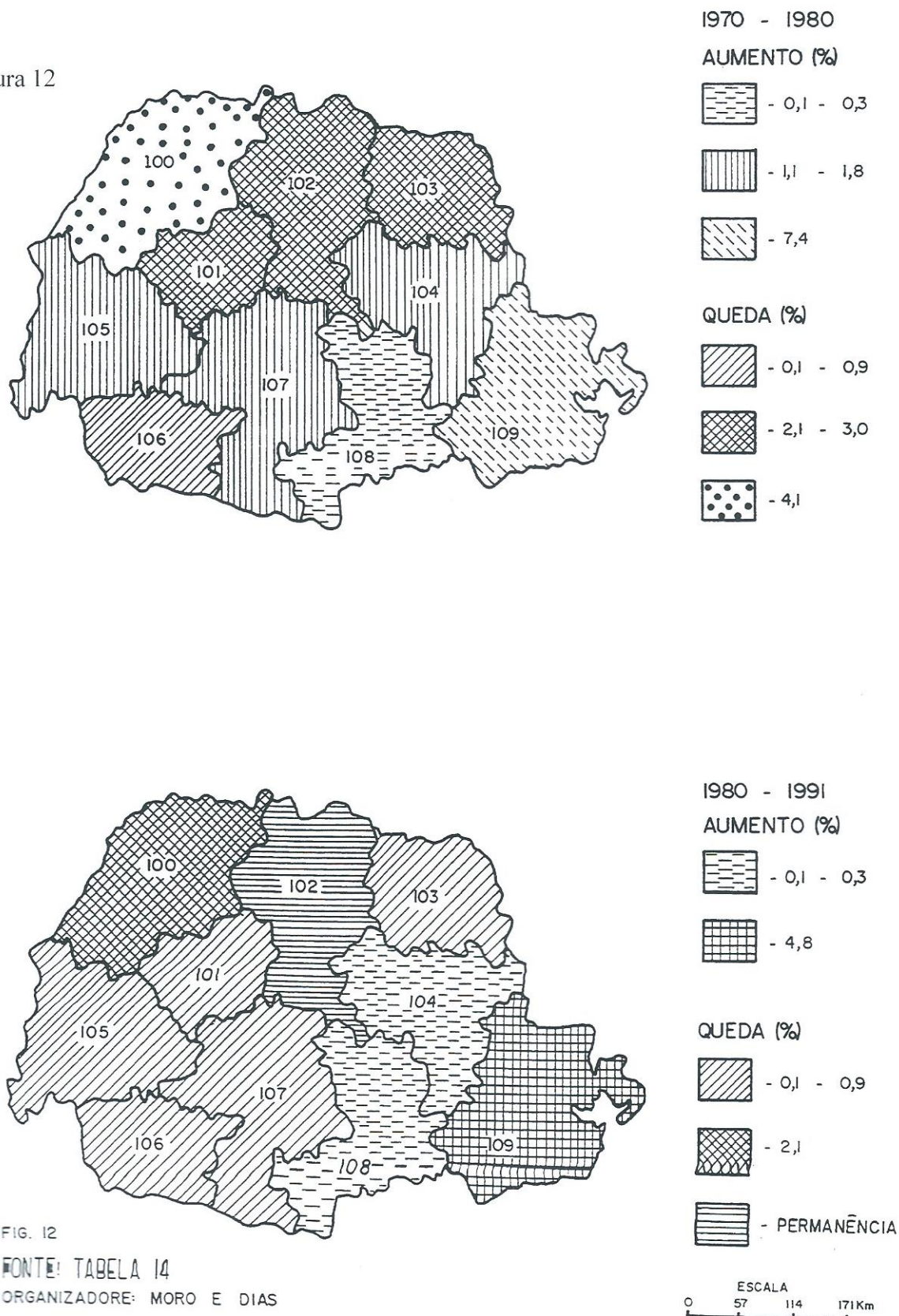


FIG. 12

FONTE: TABELA 14

ORGANIZADORE: MORO E DIAS

PARANÁ: MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO

DENSIDADE DA POPULAÇÃO RURAL EM 1970, 1980, 1991,
SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO.

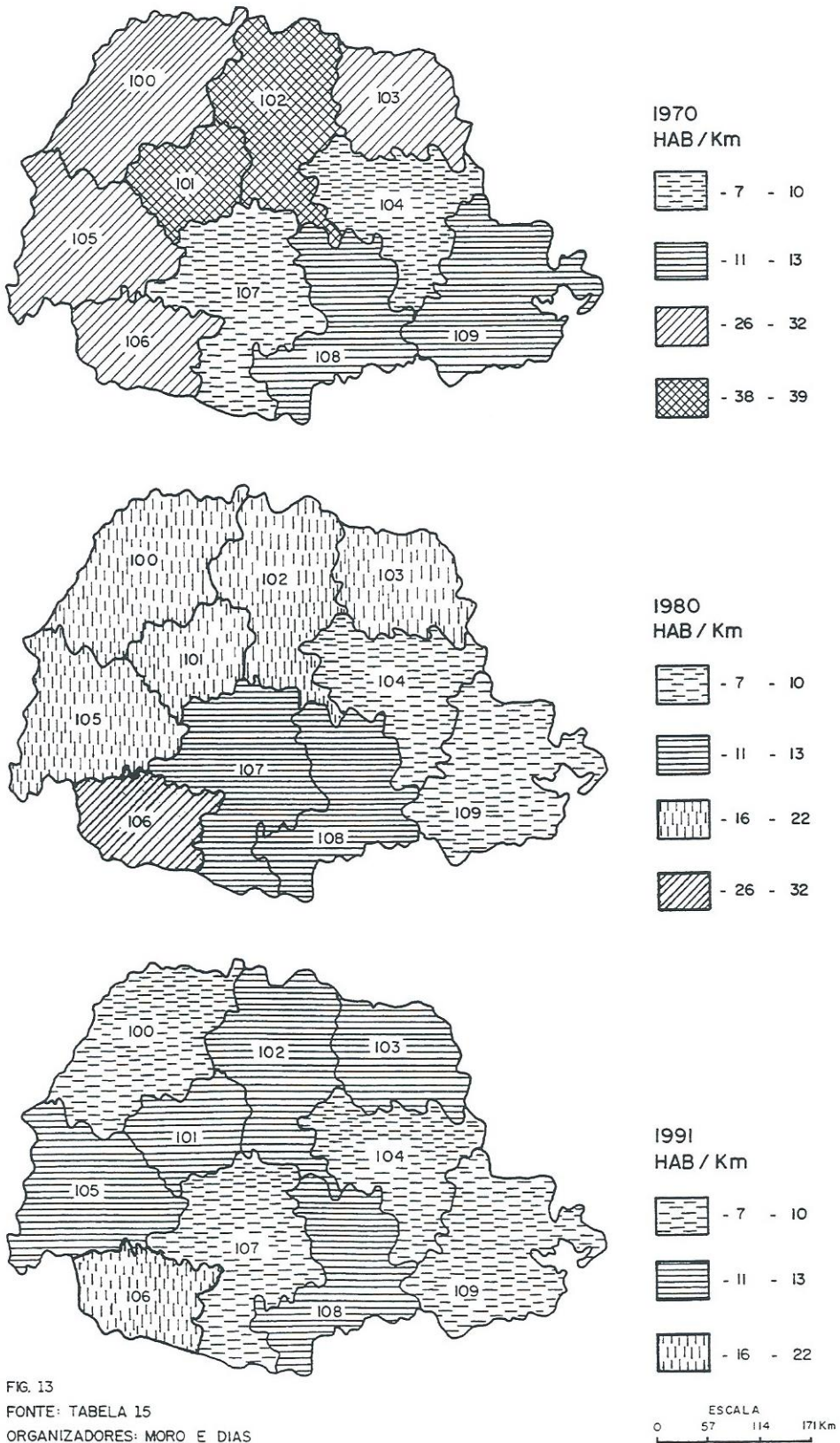


FIG. 13
FONTE: TABELA 15
ORGANIZADORES: MORO E DIAS

PARANÁ: MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL: 1970 - 1980 E 1980 - 1991, GANHOS E PERDAS NA DENSIDADE, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO

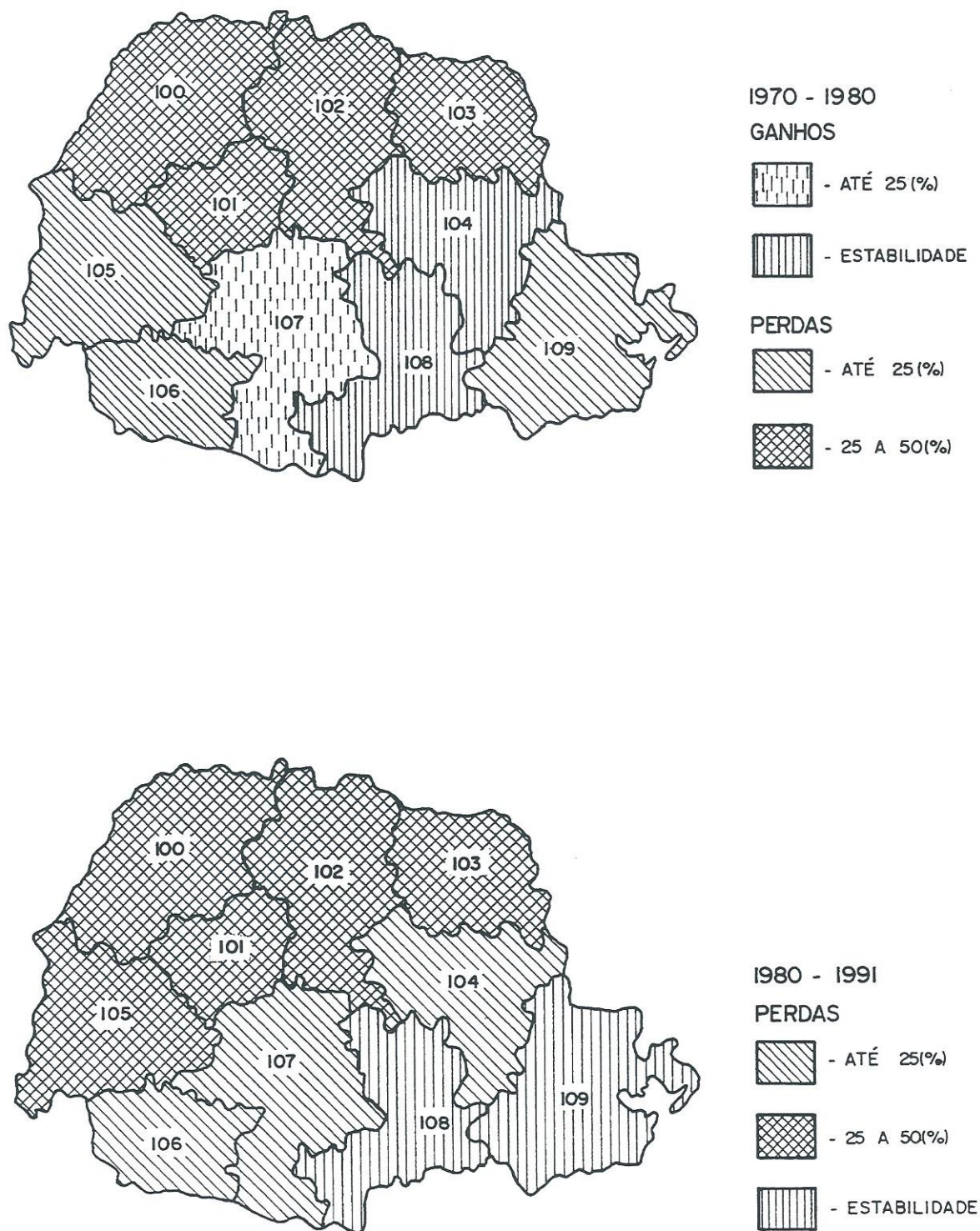


FIG. 14

FONTE: TABELA 15

ORGANIZADORES: MORO E DIAS

ESCALA
0 57 114 171 Km

PARANÁ: MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO DENSIDADE DA POPULAÇÃO RURAL EM 1970, 1980, 1991, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO.

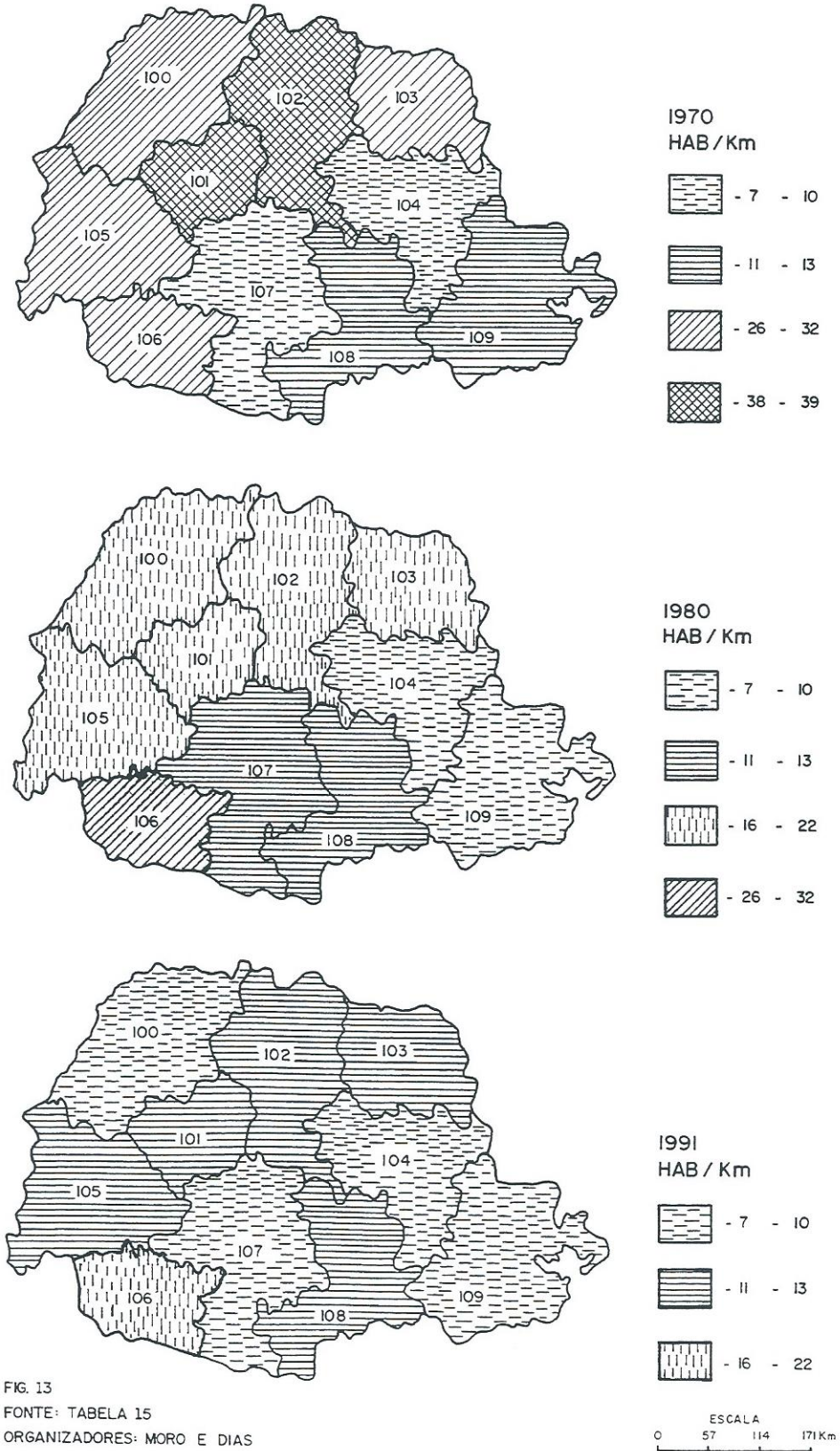


FIG. 13
FONTE: TABELA 15
ORGANIZADORES: MORO E DIAS

PARANÁ: MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO

VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESTADO ENTRE 1970 - 1980 E 1980 - 1991, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO

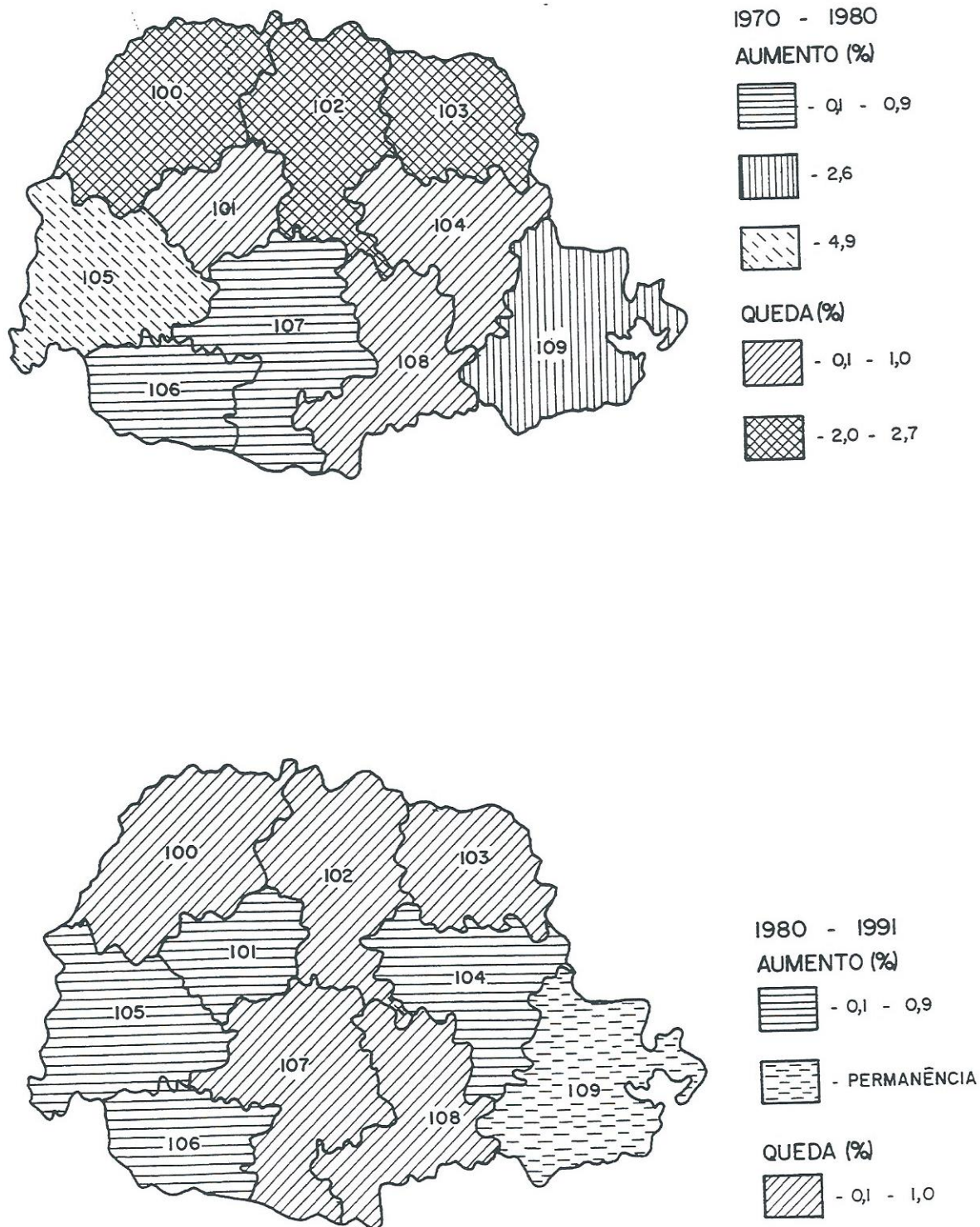


FIG. 16

FONTE: TABELA 14

ORGANIZADORES: MORO E DIAS

ESCALA
0 57 114 171Km

TABELA 1

BRASIL: POPULAÇÃO NAS DATAS DOS RECEASEAMENTOS GERAIS E TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL — 1872-1991

DATAS DOS RECEASEAMENTOS GERAIS	POPULAÇÃO RESIDENTE	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)
01/08/1872	9.930.478	2,01
31/12/1890	14.333.915	1,98
31/12/1900	17.438.434	2,91
01/09/1920	30.635.605	1,49
01/09/1940	41.165.289	2,39
01/07/1950	51 941 767	2,99
01/09/1960	70.070.457	2,89
01/09/1970	93.139.037	2,48
01/09/1980	119.002.706	1,93
01/09/1991	146.917.459	

FONTE - I.B.G.E./DPE/DEPOP,¹⁰, P. 13.

TABELA 2

INDICADORES DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA, NO ESTADO DO PARANÁ, EM 1970, 1980 E 1985

INDICADORES	1970	1980	1985	% 70/80	% 80/85
Arados - Tração animal	283.215	289.122	306.617	+ 2,1	+ 6,1
Arados - Tração mecânica	18.883	90.526	97.570	+ 379,4	+ 7,8
Área média por trator (ha)	785	200	165	- 292,5	- 21,2
Área irrigada (ha)	9.176	28.092	31.477	+ 206,1	+ 12,0
Consumo de energia elétrica - mil kwk	34.286	50.402	396.996	+ 47,0	+ 687,6
Consumo de óleo diesel - mil l.	40.831	287.838	332.523	+ 604,9	+ 15,5
Estabelecimentos com práticas de conservação do solo	...	114.926	149.792	+ 60,0	+ 30,3
Estabelecimentos com práticas de irrigação	...	4.497	6.030	-	+ 34,0
Estabelecimentos com uso de agrotóxicos	...	336.664	340.245	-	+ 1,1
Estabelecimentos com uso de fertilizantes	89.828	219.824	248.166	+ 114,7	+ 12,9
Estabelecimentos com uso de força mecânica	16.285	201.108	203.490	+ 1.134,9	+ 1,2
Máquinas de plantio e colheita	...	87.838	96.607	-	+ 10,0
Tratores	18.619	81.620	100.919	+ 338,3	+ 23,6

FONTE: IBGE^{4, 8 e 9}
 ...: Informação não disponível

ORGANIZADORES: MORO e DIAS

TABELA 3

ÁREA CULTIVADA E NÚMERO DE TRATORES SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ, EM 1970, 1980 E 1985

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	ÁREA (ha)			AUMENTO DA ÁREA		NÚMERO DE TRATORES			MÉDIA-ÁREA POR TRATORES (ha)		
	1970	1980	1985	70/80	80/85	1970	1980	1985	1970	1980	1985
100 Noroeste Paranaense	2.061.543	2.287.922	2.276.819	226.379	- 11.103	1.307	5.978	8.199	1.577	382	277
101 Centro Ocidental Paranaense	962.262	1.043.357	1.100.307	81.095	56.905	1.426	8.465	10.645	674	123	103
102 Norte Central Paranaense	2.089.165	2.175.526	2.210.066	86.361	34.540	5.568	17.947	22.100	375	121	100
103 Norte/Pioneiro Paranaense	1.290.564	1.420.709	1.438.148	130.145	17.439	4.761	10.430	12.238	271	136	117
SUB-TOTAL NORTE DO PARANÁ	6.403.534	6.927.514	7.025.340	523.980	97.826	13.062	42.820	53.182	490	161	132
104 Centro Oriental Paranaense	1.606.905	1.791.886	1.914.567	184.981	122.681	1.434	4.913	5.516	1.120	364	347
105 Oeste Paranaense	1.616.724	1.837.529	1.819.601	220.805	- 17.928	1.725	16.247	20.667	937	113	88
106 Sudoeste Paranaense	1.018.912	1.085.634	1.061.929	66.722	- 23.705	380	6.325	7.481	2.681	171	141
107 Centro Sul Paranaense	1.952.669	2.198.942	2.273.036	246.273	74.094	851	4.297	5.192	2.294	511	437
108 Sudeste Paranaense	1.114.238	1.242.235	1.231.499	127.997	- 10.736	381	3.076	3.981	2.924	403	309
109 Metropolitana de Curitiba	912.550	1.296.570	1.387.609	384.020	91.039	786	3.942	4.900	1.161	328	283
TOTAL DO PARANÁ	14.625.532	16.380.310	16.713.581	1.754.778	333.271	18.619	81.620	100.919	785	200	165

FONTE: I.B.G.E. 4, 7 e 9

ORGANIZADORES: MORO e DIAS

TABELA 4

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ (ha)

1970, 1980, 1985

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	LAVOURAS PERMANENTES			LAVOURAS TEMPORÁRIAS			PASTAGENS		
	1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985
100 Noroeste Paranaense	387.246	317.006	223.100	327.176	201.221	280.657	1.001.708	1.590.976	1.598.116
101 Centro Ocidental Paranaense	105.172	65.550	37.272	341.187	526.702	570.312	249.574	296.387	355.807
102 Norte Central Paranaense	561.491	282.890	147.400	490.424	750.657	895.656	682.800	868.228	917.052
103 Norte Pioneiro Paranaense	425.756	108.853	78.076	413.056	496.080	515.499	455.649	603.598	661.970
SUB-TOTAL NORTE DO PARANÁ	1.479.665	774.299	485.848	1.571.843	1.974.660	2.262.124	2.389.731	3.359.189	3.532.945
104 Centro Oriental Paranaense	4.961	5.511	5.486	165.491	364.749	368.703	596.818	546.892	616.706
105 Oeste Paranaense	59.398	52.770	22.948	599.111	1.135.295	1.066.558	248.320	348.355	462.428
106 Sudoeste Paranaense	6.867	6.628	9.608	380.677	654.498	617.162	176.779	180.784	216.848
107 Centro Sul Paranaense	1.981	7.377	7.803	305.111	531.156	611.022	632.309	594.187	688.150
108 Sudeste Paranaense	2.378	3.380	6.054	217.431	290.432	312.861	227.583	199.730	211.519
109 Metropolitana de Curitiba	10.939	102.378	90.307	172.719	181.891	196.035	246.052	291.038	270.966
TOTAL DO PARANÁ	1.566.189	952.343	628.054	3.412.383	5.132.681	5.434.465	4.517.592	5.520.175	5.999.562

FONTE: IBGE^{4, 7 e 9}

ORGANIZADORES: MORO e DIAS

TABELA 5

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS FORMAS DE USO DO SOLO NA AGROPECUÁRIA PARANAENSE
E SUA PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL DO ESTADO, ENTRE 1970 E 1985

FORMAS DE USO DO SOLO	1970 (ha)	%	1975 (ha)	%	1980 (ha)	%	1985 (ha)	%
Algodão	373.287	4,04	203.421	1,92	263.731	2,16	499.300	3,89
Café	1.192.367	12,91	866.724	8,17	747.101	6,13	422.762	3,29
Cana-de-açúcar	30.035	0,33	32.480	0,31	62.092	0,51	144.412	1,12
Milho	2.121.208	22,97	1.848.380	17,42	1.862.670	15,28	1.940.642	15,10
Soja	395.484	4,28	1.615.302	15,23	2.075.657	17,03	2.079.973	16,18
Trigo	250.213	2,71	596.939	5,63	1.135.263	9,31	1.228.742	9,56
Pastagens	4.517.592	48,91	4.979.840	46,94	5.520.175	45,29	5.999.562	46,68
Outros	356.014	3,85	464.289	4,38	522.454	4,29	536.845	4,18
TOTAL	9.236.198	100,00	10.607.375	100,00	12.189.143	100,00	12.852.238	100,00

FONTE: I.B.G.E. ^{4, 5, 8 e 9} e ,MORO, ¹⁶, P. 65.

ORGANIZADORES: MORO e DIAS.

TABELA 6

NÚMERO E DIMENSÃO MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ ENTRE 1970 E 1985, E POPULAÇÃO RURAL ENTRE 1970 E 1991

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			QUEDA NO NÚMERO	DIMENSÃO MÉDIA (ha)			POPULAÇÃO RURAL			
	1970	1980	1985		1970	1980	1985	1970	1980	1991	% 70/91
	100 Noroeste Paranaense	89.890	55.273		54.057	- 35.833	22,9	41,3	42,1	709.291	385.506
101 Centro Ocidental Paranaense	54.819	32.575	34.152	- 20.667	17,5	32,0	32,2	444.689	244.772	152.581	- 65,7
102 Norte Central Paranaense	100.730	64.252	65.620	- 35.110	20,7	33,8	33,6	914.046	494.645	300.151	- 67,2
103 Norte Pioneiro Paranaense	52.100	40.601	40.467	- 11.633	24,7	34,9	35,5	469.077	300.526	198.313	- 57,7
SUB-TOTAL NORTE DO PARANÁ	297.539	192.701	194.296	- 103.243	21,5	35,9	36,1	2.537.103	1.425.449	864.597	- 65,9
104 Centro Oriental Paranaense	20.271	25.037	25.954	+ 5.683	79,2	71,5	73,7	172.620	185.101	142.787	- 17,3
105 Oeste Paranaense	82.570	75.094	70.075	- 12.495	19,5	24,4	25,9	602.917	476.205	273.660	- 54,6
106 Sudoeste Paranaense	50.451	57.664	57.339	+ 6.888	20,1	18,8	18,5	371.484	343.935	252.393	- 32,1
107 Centro Sul Paranaense	31.958	38.806	46.917	+ 14.959	61,1	56,6	48,4	250.962	293.384	258.841	+ 3,1
108 Sudeste Paranaense	38.328	31.575	35.376	- 2.952	29,0	39,3	34,8	193.022	188.060	194.505	+ 0,8
109 Metropolitana de Curitiba	33.371	33.226	36.731	+ 3.360	27,3	39,0	37,7	285.117	229.882	233.350	- 18,2
TOTAL DO PARANÁ	554.488	454.103	466.688	- 87.800	26,3	36,0	35,8	4.413.225	3.142.016	2.220.133	- 49,7

FONTE: I.B.G.E.^{4, 7 e 9}

ORGANIZADORES: MORO e DIAS.

TABELA 7

NÚMERO DOS ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR GRUPOS DE ÁREAS (ha), NAS MESOREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ, EM 1970, 1980 E 1985

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	0 - 10 ha		10 - 100 ha		100 - 1.000 ha		+ de 1.000 ha	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
100 Noroeste Paranaense	55.781	27.084	31.479	24.401	2.398	3.489	207	284
101 Centro Ocidental Paranaense	36.266	16.665	17.536	14.103	969	1.739	48	64
102 Norte Central Paranaense	57.713	28.506	40.367	32.005	2.532	3.596	118	140
103 Norte Pioneiro Paranaense	30.624	20.674	19.639	17.618	1.734	2.152	102	146
SUB-TOTAL NORTE DO PARANÁ	180.384	92.929	109.021	88.127	7.633	10.976	475	634
104 Centro Oriental Paranaense	7.912	12.061	10.185	10.485	1.956	2.212	216	275
105 Oeste Paranaense	41.878	35.509	39.286	37.290	1.335	2.205	68	89
106 Sudoeste Paranaense	20.225	27.418	29.525	29.280	685	908	16	20
107 Centro Sul Paranaense	11.533	17.523	17.171	17.828	3.051	3.153	203	290
108 Sudeste Paranaense	16.119	11.790	20.949	18.213	1.201	1.436	59	89
109 Metropolitana de Curitiba	17.221	17.765	14.799	13.835	1.297	1.459	50	141
TOTAL DO PARANÁ	295.272	214.995	240.936	215.058	17.158	22.349	1.087	1.538

FONTE: I.B.G.E. 4.709

ORGANIZADORES: MORO e DIAS.

TABELA 8
ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR GRUPOS DE ÁREAS (ha), NAS MESORREGIÕES
GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ, EM 1970, 1980 E 1985

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	0 - 10 ha			10 - 100 ha			100 - 1.000 ha			+ de 1.000 ha		
	1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985
100 Noroeste Paranaense	305.540	148.912	144.255	680.096	625.845	603.325	657.849	966.403	999.331	418.057	576.730	512.529
101 Centro Ocidental Paranaense	193.481	87.411	89.184	399.718	378.874	384.319	243.116	426.536	470.671	125.948	150.532	156.126
102 Norte Central Paranaense	321.543	151.057	154.598	914.579	882.213	870.007	612.341	886.562	921.056	223.876	245.085	264.373
103 Norte Pioneiro Paranaense	160.996	106.292	102.970	496.362	475.015	493.759	445.661	565.982	599.500	187.546	273.403	241.774
SUB-TOTAL NORTE DO PARANÁ	981.560	493.672	491.007	2.490.755	2.361.947	2.351.410	1.958.967	2.845.483	2.990.558	955.427	1.245.760	1.174.802
104 Centro Oriental Paranaense	39.745	56.760	59.194	336.480	327.544	322.843	513.894	623.816	668.294	716.785	783.737	864.028
105 Oeste Paranaense	226.205	186.676	159.752	919.277	939.280	906.659	303.237	502.191	558.558	168.006	209.376	194.626
106 Sudoeste Paranaense	113.242	144.706	149.377	740.314	716.144	676.243	131.450	181.022	201.198	33.906	43.755	35.104
107 Centro Sul Paranaense	58.833	90.869	113.723	573.603	551.379	588.012	757.721	852.406	891.934	562.514	704.254	679.335
108 Sudeste Paranaense	76.187	60.426	72.186	607.425	565.644	588.451	265.794	318.662	341.494	164.833	297.499	229.360
109 Metropolitana de Curitiba	79.253	75.600	84.127	429.517	406.109	410.165	289.688	356.104	365.654	114.092	458.835	527.635
TOTAL DO PARANÁ	1.575.025	1.308.609	1.129.366	6.097.371	5.868.047	5.843.783	4.220.751	5.679.684	6.017.690	2.715.563	3.743.206	3.704.890

FONTE: I.B.G.E. 4, 7 e 9

ORGANIZADORES: MORO e DIAS.

TABELA 9

EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR SEGUNDO O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ, ENTRE 1970 E 1985

	MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	PROPRIETÁRIO			ARRENDATÁRIO			PARCEIRO			OCUPANTE		
		1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985
100	Noroeste Paranaense	40.408	37.076	33.717	12.837	3.233	4.032	29.901	12.103	13.365	6.744	2.861	2.652
101	Centro Ocidental Paranaense	21.970	18.935	18.035	11.708	5.007	5.035	16.728	5.693	6.826	4.413	2.940	2.960
102	Norte Central Paranaense	46.207	44.026	40.442	6.064	4.551	6.448	44.280	12.444	14.042	4.179	3.231	4.688
103	Norte Pioneiro Paranaense	24.501	22.041	21.895	10.151	5.774	7.082	13.377	8.955	35.883	4.071	3.831	10.442
104	Centro Oriental Paranaense	13.587	16.047	16.172	4.092	3.445	3.203	418	2.047	2.212	2.174	3.498	4.367
105	Oeste Paranaense	48.748	53.544	51.438	10.171	5.355	4.888	11.823	10.386	9.505	11.828	5.809	4.244
106	Sudoeste Paranaense	41.374	41.973	40.697	1.961	3.821	4.044	3.409	6.637	7.454	3.707	5.233	5.144
107	Centro-Sul Paranaense	22.018	24.222	27.863	2.893	5.868	6.778	1.348	2.682	4.295	5.699	6.034	8.081
108	Sudeste Paranaense	30.104	23.731	26.006	4.230	2.781	3.138	941	1.272	1.681	3.053	3.791	4.551
109	Metropolitana de Curitiba	23.845	24.170	26.299	4.634	3.505	3.459	712	825	1.518	4.180	4.726	5.475
TOTAL DO PARANÁ		312.762	305.765	302.564	67.741	43.340	48.107	122.937	63.044	96.781	50.048	41.651	52.604

FONTES: IBGE 4, 7 e 9.

ORGANIZADORES: RAQUEL PEREIRA DIAS

TABELA 10

EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR SEGUNDO A ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS,
NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ, ENTRE 1970 E 1985, EM ha

	MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	PROPRIETÁRIO			ARRENDATÁRIO			PARCEIRO			OCUPANTE		
		1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985
100	Noroeste Paranaense	1.647.014	2.098.992	2.027.781	109.896	47.534	74.728	249.236	113.027	124.715	57.930	28.368	34.858
101	Centro Ocidental Paranaense	706.241	895.272	891.028	91.963	75.185	86.358	127.808	50.341	63.998	36.250	22.528	21.016
102	Norte Central Paranaense	1.577.886	1.944.006	1.874.872	66.645	85.815	139.995	272.113	117.750	148.537	41.850	27.944	46.656
103	Norte Pioneiro Paranaense	1.050.189	1.223.962	1.225.115	98.763	85.216	71.642	102.544	77.264	76.114	39.069	34.262	35.981
104	Centro Oriental Paranaense	1.482.677	1.606.940	1.734.883	51.560	69.521	103.887	7.107	58.701	27.326	65.461	56.716	55.928
105	Oeste Paranaense	1.259.099	1.587.355	1.586.822	99.371	76.536	85.022	93.697	115.500	112.173	164.558	58.136	35.582
106	Sudoeste Paranaense	909.741	943.891	917.037	21.419	40.770	42.352	36.010	62.272	63.511	51.743	38.700	39.027
107	Centro-Sul Paranaense	1.716.407	1.983.896	2.008.266	45.890	109.036	117.261	28.567	25.253	47.635	159.442	80.748	99.867
108	Sudeste Paranaense	1.017.914	1.133.582	1.111.115	26.062	38.137	62.743	17.125	14.744	30.399	54.561	55.776	56.286
109	Metropolitana de Curitiba	794.018	1.160.977	1.194.037	32.830	75.080	92.466	6.224	11.271	45.103	79.479	49.238	55.998
TOTAL DO PARANÁ		312.762	12.659.780	14.570.956	644.399	702.830	876.434	940.431	646.123	739.511	750.343	452.416	481.199

FONTE: I.B.G.E. 4, 7 e 9.

ORGANIZADORES: MORO e DIAS.

TABELA 11

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE, AUMENTO NO PERÍODO E TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL, ENTRE 1872 E 1991

ANO DO RECORSEAMENTO	POPULAÇÃO TOTAL	AUMENTO NO PERÍODO INTERCENSITÁRIO	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)
1872	126.722	-	-
1890	249.491	122.769	5,38
1900	327.136	77.645	3,11
1920	685.711	358.575	5,48
1940	1.236.276	550.565	4,01
1950	2.115.547	879.271	7,11
1960	4.296.375	2.180.728	10,30
1970	6.997.682	2.701.307	6,28
1980	7.749.752	752.070	1,07
1991	8.443.299	693.547	0,81

FONTE: I.B.G.E.¹⁰, P. 146, 147

ORGANIZADORES: MORO e DIAS.

TABELA 12
 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE, PORCENTAGEM SOBRE O BRASIL, URBANA E RURAL
 À ÉPOCA DOS RECENSEAMENTOS GERAIS DE 1940 A 1991

RECENSEAMENTOS GERAIS	POPULAÇÃO TOTAL	PORCENTAGEM SOBRE O BRASIL	POPULAÇÃO URBANA	%	POPULAÇÃO RURAL	%
1940	1.236.276	3,00	302.272	24,45	934.004	75,55
1950	2.115.547	4,07	528.288	24,97	1.587.259	75,03
1960	4.296.375	6,05	1.327.982	30,91	2.968.393	69,09
1970	6.997.682	7,40	2.546.899	36,40	4.450.783	63,60
1980	7.749.752	6,40	4.566.755	58,93	3.182.997	41,07
1991	8.443.299	5,75	6.192.976	73,35	2.250.323	26,65

FONTE: I.B.G.E.¹⁰, p. 146, 147 e 150.

ORGANIZADORES: MORO e DIAS.

TABELA 13

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO PARANÁ E SUA PROPORÇÃO PERCENTUAL SOBRE O TOTAL, EM 1970, 1980 E 1991, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	TOTAL			URBANA			RURAL			PROPORÇÃO SOBRE O TOTAL					
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991	URBANA			RURAL		
										70	80	91	70	80	91
100 M. do Noroeste Paranaense	962.798	746.472	655.304	253.507	360.966	441.752	709.291	385.506	213.552	26,3	48,4	67,4	73,7	51,6	32,6
101 M. do Centro Ocidental	546.387	415.222	445.905	101.698	170.450	293.324	444.689	244.772	152.581	18,6	41,1	65,8	81,4	58,9	34,2
102 M. do Norte Central	1.521.550	1.459.089	1.632.600	607.504	964.444	1.332.449	914.046	494.645	300.151	39,9	66,1	81,6	60,1	33,9	18,4
103 M. do Norte Pioneiro	704.201	571.679	554.572	208.124	271.153	356.259	496.077	300.526	198.313	29,6	47,4	64,2	70,4	52,6	35,8
SUB-TOTAL NORTE DO PARANÁ	3.734.936	3.192.462	3.288.381	1.170.833	1.767.013	2.423.784	2.564.103	1.425.449	864.597	31,3	55,3	73,7	68,7	44,7	26,3
104 M. do Centro Oriental	355.253	472.643	546.914	182.633	287.542	404.127	172.620	185.101	142.787	51,4	60,8	73,9	48,6	39,2	26,1
105 M. do Oeste Paranaense	752.433	960.709	990.517	149.516	484.504	716.857	602.917	476.205	273.660	19,9	50,4	72,4	80,1	49,6	27,6
106 M. do Sudoeste Paranaense	450.540	487.206	477.993	79.056	143.270	225.600	371.484	343.935	252.393	17,5	29,4	47,2	82,5	70,6	52,8
107 M. centro Sul Paranaense	331.630	475.721	500.442	80.668	182.337	241.601	250.962	293.384	258.841	24,3	38,3	48,3	75,7	61,7	51,7
108 M. do Sudeste Paranaense	267.830	302.521	348.335	74.808	114.461	153.830	193.022	188.060	194.505	27,9	37,8	44,2	72,1	62,2	55,8
109 M. Metropolitana de Curitiba	1.050.813	1.709.228	2.306.866	765.696	1.479.346	2.073.506	285.117	229.882	233.350	72,9	86,5	89,9	27,1	13,5	10,1
TOTAL DO PARANÁ	6.943.435	7.600.489	8.459.438	2.503.210	4.458.473	6.239.305	4.440.225	3.142.016	2.220.133	36,1	58,7	73,8	63,9	41,3	26,2

FONTE: I.B.G.E., 3, 6 E 10.

ORGANIZADORES: MORO e DIAS.

TABELA 14 - 1ª Parte

DINÂMICA ESPACIAL DA POPULAÇÃO PARANAENSE ENTRE 1970 E 1991, TOTAL, URBANA E RURAL, SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO E PERDAS E GANHOS NA SUA PARTICIPAÇÃO

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	POPULAÇÃO TOTAL					POPULAÇÃO URBANA						
	1970	%*	1980	%*	1991	%*	1970	%*	1980	%*	1991	%*
100 M. Noroeste Paranaense	962.798	13,9	746.472	9,8	655.304	7,7	253.507	10,1	360.966	8,1	441.752	7,1
101 M. Centro Ocidental Paranaense	546.387	7,9	415.222	5,5	445.905	5,3	101.698	4,1	170.450	3,8	293.324	4,7
102 M. Norte Central Paranaense	1.521.550	21,9	1.459.089	19,2	1.632.600	19,2	607.504	24,3	964.444	21,6	1.332.449	21,3
103 M. Norte Pioneiro Paranaense	704.201	10,5	571.679	7,5	554.572	6,6	208.124	8,3	271.153	6,1	356.259	5,7
104 M. Centro Oriental Paranaense	355.253	5,1	472.643	6,2	546.914	6,5	182.633	7,3	287.542	6,4	404.127	6,5
105 M. Oeste Paranaense	752.433	10,8	960.709	12,6	990.517	11,7	149.516	6,0	484.504	10,9	716.857	11,5
106 M. Sudoeste Paranaense	450.540	6,5	487.205	6,4	477.993	5,7	79.056	3,1	143.270	3,2	225.600	3,6
107 M. Centro Sul Paranaense	331.630	4,8	475.721	6,3	500.442	5,9	80.668	3,2	182.337	4,1	241.601	3,9
108 M. Sudeste Paranaense	267.830	3,8	302.521	4,0	348.335	4,1	74.808	3,0	114.461	2,6	153.830	2,5
109 M. Metropolitana de Curitiba	1.050.813	15,1	1.709.228	22,5	2.306.856	27,3	765.696	30,6	1.479.346	33,2	2.073.506	33,2
TOTAL DO PARANÁ	6.943.435	100	7.600.489	100	8.459.438	100	2.503.210	100	4.458.473	100	6.239.305	100

TABELA 14 - 2ª Parte

DINÂMICA ESPACIAL DA POPULAÇÃO PARANAENSE ENTRE 1970 E 1991, TOTAL, URBANA E RURAL, SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO E PERDAS E GANHOS NA SUA PARTICIPAÇÃO (Cont.)

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	POPULAÇÃO RURAL						70/80**			80/91**		
	1970	%*	1980	%*	1991	%*	T	U	R	T	U	R
	100 M. Noroeste Paranaense	709.291	16,0	385.506	12,3	213.552	9,6	-4,1	-2	-3,7	-2,1	-1
101 M. Centro Ocidental Paranaense	444.689	10,0	244.772	7,8	152.581	6,9	-2,4	-0,3	-2,2	-0,2	+0,9	-0,9
102 M. Norte Central Paranaense	914.046	20,6	494.645	15,7	300.151	13,5	-2,7	-2,7	-4,9	-	-0,3	-2,2
103 M. Norte Pioneiro Paranaense	496.077	11,1	300.526	9,6	198.313	8,9	-3	-2,2	-1,5	-0,9	-0,4	-0,7
104 M. Centro Oriental Paranaense	172.620	3,9	185.101	5,9	142.787	6,4	+1,1	-0,9	+2	+0,3	+0,1	+0,5
105 M. Oeste Paranaense	602.917	13,6	476.205	15,1	273.660	12,3	+1,8	+4,9	+1,5	-0,9	+0,6	-2,8
106 M. Sudoeste Paranaense	371.484	8,4	343.935	11,0	252.393	11,4	-0,1	+0,1	+2,6	-0,7	+0,4	+0,4
107 M. Centro Sul Paranaense	250.962	5,7	293.384	9,3	258.841	11,7	+1,5	+0,9	+3,6	-0,4	-0,2	+2,4
108 M. Sudeste Paranaense	193.022	4,3	188.060	6,0	194.505	8,8	+0,2	-0,4	+1,7	+0,1	-0,1	+2,8
109 M. Metropolitana de Curitiba	285.117	6,4	229.882	7,3	233.350	10,5	+7,4	+2,6	+0,9	+4,8	-	+3,2
TOTAL DO PARANÁ	4.440.225	100	3.142.016	100	2.220.133	100						

* Participação de cada mesorregião sobre a população do Estado.

** Perdas ou ganhos na participação

FONTE: I.B.G.E. 3, 6 e 10.

ORGANIZADORES: MORO e DIAS.

TABELA 15

DINÂMICA ESPACIAL DA POPULAÇÃO PARANAENSE ENTRE 1970 E 1991, POPULAÇÃO RURAL: DENSIDADE, GANHOS E PERDAS;
POPULAÇÃO URBANA: GANHOS, SEGUNDO AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	ÁREA km ²	POPULAÇÃO RURAL				% GANHOS OU PERDAS		POPULAÇÃO URBANA			GANHOS % 70/91
		Nº (1.000)		DENSIDADE		70/80	80/91	Nº (1.000)			
		1970	1980	1991	1970			1980	1991		
100 Noroeste Paranaense	24.540	709	385	213	29	16	9	253	361	442	75
101 Centro Ocidental Paranaense	11.786	444	245	152	38	21	13	101	170	293	190
102 Norte Central Paranaense	23.658	914	494	300	39	21	13	607	964	1.332	119
103 Norte Pioneiro Paranaense	15.594	496	300	198	32	19	13	208	271	356	71
SUB-TOTAL NORTE DO PARANÁ	75.578	2.563	1.424	863	34	19	12	1.169	1.766	2.423	107
104 Centro Oriental Paranaense	21.992	172	185	143	8	8	7	182	287	404	122
105 Oeste Paranaense	23.020	603	476	273	26	21	12	149	484	717	381
106 Sudoeste Paranaense	11.762	371	344	252	32	29	22	79	143	225	185
107 Centro-Sul Paranaense	27.532	251	293	259	9	11	9	80	182	241	201
108 Sudeste Paranaense	17.001	193	188	194	11	11	11	75	114	154	105
109 Metropolitana de Curitiba	22.344	285	230	233	13	10	10	766	1.479	2.073	171
TOTAL DO PARANÁ	199.229	4.438	3.140	2.217	22	16	11	2.500	4.455	6.237	149

FONTE: I.B.G.E.^{3, 6 e 10.}

ORGANIZADORES: MORO e DIAS.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEGRE, M. e MORO, D.A. - A mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná. *Boletim de Geografia*, Maringá, 04(1): 28-73, janeiro, 1986.
- BRASIL - Instituto Brasileiro do Café (I.B.C.). *Relatório IBC/GERCA-1964*. Rio de Janeiro, 1964.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.). *Censo Demográfico do Paraná*, Rio de Janeiro. VIII Recenseamento Geral 1970. Série Regional, v. I, t. XIX, 1973, 805p.
- _____. Censo Agropecuário - Paraná. VIII - *Recenseamento Geral - 1970*, Série Regional, v. III, t. XIX, Rio de Janeiro, 1975, 629p.
- _____. Censo Agropecuário - Paraná. *Censos Econômicos de 1975*. Série Regional - v. I, t. 18, 2ª parte, Rio de Janeiro, 1979, 530p.
- _____. Censo Demográfico - Dados Distritais - Paraná. *IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980*, v. 1, t. 3, nº 18, Rio de Janeiro, 1982, 415p.
- _____. Censo Agropecuário do Paraná. *IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980*, v. 2, t. 3, nº 20, 1ª parte. Rio de Janeiro, 1983, 517p.
- _____. Censo Agropecuário - Paraná. *IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980*, v. 2, t. 3, nº 20, 2ª parte. Rio de Janeiro, 1983, 608p.
- _____. Censo Agropecuário - Paraná. *Censos Econômicos de 1985*. Fichas Computadorizadas. Rio de Janeiro, 1990.
- _____. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1991*. Rio de Janeiro, 1991, 353p.
- DIAS, R.P. - *Mobilidade espacial da população na macrorregião geográfica do Oeste Paranaense e no Domínio Paisagístico dos Campos Gerais*. Relatório final de projeto de pesquisa do Programa de Iniciação Científica - CNPq/UEM, DGE/UEM, julho de 1995, 72p.
- FERREIRA, Y.N. - *Industrialização e urbanização do Paraná*. Geografia. Londrina, v. 3 - 1985/1986, p. 113/128.
- KAGEYAMA, A. (Coord.) et al. - *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos industriais*. Campinas, UNICAMP, 1987, 121p.
- KOHLHEPP, G. - Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no Norte do Paraná (Brasil). *Rev. Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 53(2): 79-94, abril/junho de 1991.
- LOPES, A.Y.D.P. - *A colonização do Norte Novo do Paraná*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1982, 239p.
- MAACK, R. - *Geografia Física do Estado do Paraná*. Curitiba, BADEP e Universidade Federal do Paraná/Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, 1968, 350p.
- MENDES, C.M. - *A terra urbana palmense no seu processo de (RE) construção*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Rio Claro, 1988, 188p.
- MORO, D.A. - *Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural no Norte do Paraná*. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Rio Claro, 1992, 353p.

- MORO, V.G. - *Modernização agrícola na microrregião dos Campos de Ponta Grossa - Período 1970-1985*. Monografia do Curso de Especialização em Economia Agroindustrial. Universidade Estadual de Ponta Grossa, agosto de 1995, 54p.
- PADIS, P.C. - *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo, HUCITEC, 1981, 235p.
- PARANÁ - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). *Nova configuração espacial do Estado do Paraná*. Curitiba, Secretaria de Planejamento, 1983, 140p.
- _____. *Secretaria de Abastecimento e Agricultura - SEAB. Principais Programas da SEAB*. Curitiba, s.n.t.
- PEREIRA, L.B. - *O Estado e as transformações na agricultura paranaense*. Tese de doutoramento apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal de Pernambuco (CDE/UFPE), Recife, 1987, 343p.
- RAGGIO, N.Z. - *Estrutura agrária paranaense e a crise*. Análise Conjuntural. Curitiba, v. 9, n. 3, p. 5 a 7. IPARDES, 1º-14 de março de 1987.
- SANTOS, M. - *A urbanização brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1993, 157p.
- SILVA, J.G. da - *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982, 192p.
- _____. *O que é a questão agrária*. 6ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1983, 108p. (Primeiros Passos).
- VISENTINI, J.W. - *Sociedade e espaço*. Geografia Geral e do Brasil. Ática, São Paulo, 1989, 214p.